

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS/POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO

RELATÓRIO PRODUTO 1.b Resultado das Atividades



Ministério do Turismo



Campo Grande, MS
Março 2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA
PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO –
SEPROTUR**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO
TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS/POLO CAMPO GRANDE
E REGIÃO**

**RELATÓRIO PRODUTO 1.b
Resultado das Atividades**

**Campo Grande, MS
Março 2010**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

MURILO ZAUITH
Vice - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA
INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR

Domingos Sávio De Souza Mariúba
Coordenador Geral

Guilhermina Brites
Coordenadora Técnica

Helio Luis Brun
Gestor de Turismo

Lino De Souza De Lima
Gestor Socioeconômico

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Gestora Ambiental

Cláudia Braun De Queiroz Rolim
Assessora Jurídica

Fabio César Gois
Coordenador de Apoio Logístico

Janete De Fátima Ferreira Cardoso
Gestora Financeira

Aurican Paiva De Siqueira
Coordenador de Aquisições

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON

CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda.

Rua Joaquim Murtinho, 1000
Itanhangá Park
79003-020
Campo Grande, MS
Brasil
Tel: +55 67 3321 4495
E-mail: agrimon@agrimon.com.br
Site: www.agrimon.com.br

Sócio-Diretor

Luiz Tanahara

Coordenadores do Plano

Luiz Tanahara
Ricardo José Senna

Equipe Técnica Envolvida

Getúlio Ezequiel da Costa Peixoto Filho
Gilson Mazzini
Homero Scapinelli
José Marcos da Fonseca
Lenira Reinaldo Silva
Ricardo José Senna
Rosângela Aparecida de Moura França

Colaboradores

Ivone Hermenegildo (FUNDTUR/MS)
Gislaine Vilazante

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA	10
2.1.	<i>CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL</i>	11
2.1.1.	Localização Geográfica	12
2.1.2.	Caracterização Demográfica	12
2.1.3.	Dimensão Ambiental	13
2.1.4.	Aspectos Econômicos e Sociais	14
2.2.	<i>IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS</i>	16
2.2.1.	Segmentação	22
2.3.	<i>ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE</i>	24
2.3.1.	Acesso Rodoviário	27
2.3.2.	Acesso Aéreo	31
2.3.3.	Conectividade	32
2.4.	<i>ANÁLISE DO NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL</i>	38
2.5.	<i>ANÁLISE DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS</i>	46
2.5.1.	Condições físicas	46
2.5.2.	Estabilidade de encostas	52
2.5.3.	Tendência de ocorrência de Desastres Naturais	54
2.5.4.	Serviços básicos	55
2.6.	<i>ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS</i>	60
2.6.1.	Gestão Descentralizada e Políticas Regionais	62
2.6.2.	Políticas, Planos e Programas	68
2.6.3.	Gestão Ambiental	74
2.6.4.	Vantagens e/ou Desvantagens que o Turismo oferece para a constituição de empresas.	79
3.	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	80
4.	CONCLUSÃO	87
5.	BIBLIOGRAFIA	88
6.	ANEXO – MATERIAL CARTOGRÁFICO	90

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– FIGURA DA REGIONALIZAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL COM DESTAQUE PARA O POLO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO	11
FIGURA 2 – POSIÇÃO GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO DO SUL NO BRASIL E AMÉRICA DO SUL	24
FIGURA 3 – CONEXÕES DO POLO TURISTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO COM AS DEMAIS REGIÕES TURÍSTICAS DE MATO GROSSO DO SUL	26
FIGURA 4 – RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS QUE INTERLIGAM OS MUNICÍPIOS DO POLO TURISTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO	29
FIGURA 5 – RODOVIA MS 080	30
FIGURA 6 – ROTA PANTANAL – BONITO, ROTA ECOTURISMO DO PANTANAL AO IGUAÇU E ROTA TRAVESSIA DO PANTANAL	33
FIGURA 7 – ROTA BRASÍLIA - BONITO – PANTANAL	34
FIGURA 8 – ROTA BIOCEÂNICA	35
FIGURA 9 – TREM DO PANTANAL	36
FIGURA 10 – EVENTOS PROGRAMADOS E CONSOLIDADOS NA REGIÃO - 2008	37
FIGURA 11 – REGIÕES EMISSORAS DE TURISTA PARA CAMPO GRANDE - 2007	38
FIGURA 12 – SITUAÇÃO PRODUTIVA POTENCIAL DE MATO GROSSO DO SUL EM 2006	44
FIGURA 13 - VALORES MÉDIOS DE TEMPERATURAS MÁXIMAS E MÍNIMAS AO LONGO DO ANO DE 2009, EM CAMPO GRANDE	46
FIGURA 14 - ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS ACUMULADOS PARA A CIDADE DE CAMPO GRANDE EM 2008 E 2009	47
FIGURA 15 - LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO	48
FIGURA 16 – FIGURA COM OS SISTEMAS AQUÍFEROS DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO	50
FIGURA 17 – SISTEMA ESTADUAL DE TURISMO.	62
FIGURA 18 - ORGANOGRAMA DO SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	75
FIGURA 19 – REPRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA ÁRVORE DE MARCO LÓGICO TRABALHADA.	81
FIGURA 20 – REPRESENTAÇÃO DA SEGUNDA ÁRVORE DE MARCO LÓGICO TRABALHADA.	82
FIGURA 21 – REPRESENTAÇÃO DA TERCEIRA ÁRVORE DE MARCO LÓGICO TRABALHADA.	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ÁREA TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO	12
QUADRO 2 – POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA	12
QUADRO 3 – OCORRÊNCIA DE IMPACTOS AMBIENTAIS – CAMPO GRANDE E REGIÃO EM 2008.	13
QUADRO 4 – AÇÕES DE REDUÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAIS - CAMPO GRANDE E REGIÃO EM 2008.	14
QUADRO 5 – SETOR DE SERVIÇOS NA COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL - 2008	14
QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DO PIB ANUAL POR MUNICÍPIO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO ENTRE 2002 E 2006, VALORES EM REAIS	15
QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA POR MUNICÍPIO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO ENTRE 2002 E 2006, VALORES EM REAIS	15
QUADRO 8 – ÍNDICES E SUBÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR MUNICÍPIO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO EM 2000	16
QUADRO 9 – DEMONSTRATIVO DOS ATRATIVOS E HIERARQUIZAÇÃO	19
QUADRO 10 – DISTÂNCIA AÉREA ENTRE OS PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DO VISITANTE DE CAMPO GRANDE E REGIÃO EM 2009 E A CIDADE DE SÃO PAULO.	27
QUADRO 11 – DISTÂNCIA DE CAMPO GRANDE AO MUNICÍPIOS DO POLO.	28
QUADRO 12 – DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS DENTRO DA REGIÃO - 2006	31
QUADRO 13 – DEMONSTRATIVO DO DIFERENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO	39
QUADRO 14 – QUANTIDADE DE MEIOS DE HOSPEDAGEM, UNIDADES HABITACIONAIS E LEITOS POR MUNICÍPIO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO, EM NÚMEROS EM 2009	40
QUADRO 15 - MOVIMENTAÇÃO NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM 2007 – 2009 COM BASE NO BOLETIM DE OCUPAÇÃO HOTELEIRA – BOH	42
QUADRO 16 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES DE ATIVIDADE NO PIB MUNICIPAL DE 2002 A 2006.	43
QUADRO 17 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO EM 2009 - ESTIMATIVA POPULACIONAL.	45
QUADRO 18 - ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA (IQA), NO ANO DE 2008, NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO	49
QUADRO 19 – PRINCIPAIS TIPOS DE SOLOS ENCONTRADOS NA REGIÃO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO, COM RESPECTIVAS TEXTURAS, GRAU DE SUSCEPTIBILIDADE A EROSIÃO E PRINCIPAIS USOS.	52
QUADRO 20 – REPASSE DO ICMS ECOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO EM 2009.	53
QUADRO 21- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CADASTRADAS NO CADASTRO ESTADUAL EM JULHO DE 2009	54

QUADRO 22 – RESUMO DOS SERVIÇOS BÁSICOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO DA REGIÃO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO – SAÚDE, COMUNICAÇÃO E SISTEMA FINANCEIRO -2008	56
QUADRO 23 – RESUMO DOS SERVIÇOS BÁSICOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO DA REGIÃO DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO – SANEAMENTO AMBIENTAL E SEGURANÇA -2008	57
QUADRO 24 – REPRESENTANTES MUNICIPAIS NO FÓRUM REGIONAL CAMINHO DOS IPÊS.	61
QUADRO 25 - ÓRGÃOS DE TURISMO MUNICIPAIS DO POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO.	66
QUADRO 26 – OBJETIVOS PRINCIPAIS E ESPECÍFICOS DO PDITS / POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO.	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPAN	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CECA/MS	Conselho Estadual de Controle Ambiental
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CLIA	Centro de Logística Industrial Aduaneiro
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Desenvolvimento do Turismo
ENERSUL	Energética do Mato Grosso do Sul
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo de MS
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GOPAN	Grupo de Operadoras do Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IQA	Índice de Qualidade da Água
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OMT	Organização Mundial do Turismo
OVINI	Objeto Voador Não Identificado
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDTUR-MS	Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul
PERH/MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos do MS
PLANURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODES	Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande

PRODETUR	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAAE	Serviços Autônomos de Água e Esgoto
SANESUL	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul
SEDESC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio.
SEPROTUR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, do Comércio, da Indústria e do Turismo
UC	Unidades de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
UH	Unidade Habitacional
UPL	Unidades de Processamento de Lixo
ZEE/MS	Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul
ZMÇ	Zona das Monções
ZPPP	Zona de Proteção da Planície do Pantanal

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo – PRODETUR – sob coordenação da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo - hoje de caráter nacional, foi instituído no Estado de Mato Grosso do Sul enquanto PRODETUR-SUL cujo intuito era fomentar a atividade turística na região sul do Brasil compreendida pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Orientado pela Política Nacional de Turismo com objetivo de alcançar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo de contribuir para aumentar a capacidade de competição dos destinos turísticos brasileiros; assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado; proporcionar melhorias às condições de vida de população local; aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão da atividade em áreas de expansão e de potencial turístico o PRODETUR NACIONAL também é apoiado por uma linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – com aporte de contrapartida do Ministério do Turismo

Para implementação do Programa no Estado, naquele momento, definiu-se como área prioritária a Serra da Bodoquena envolvendo os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena, para a qual, elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – para a Região da Serra da Bodoquena. Este plano foi elaborado pela Unidade de Coordenação Estadual do PRODETUR SUL - UCE da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, do Comércio, da Indústria e do Turismo - SEPROTUR e aprovado pelo BID e Ministério do Turismo – MTur na missão de análise em 2004.

Para continuidade do Programa no Estado, o Governo de Mato Grosso do Sul pretende submeter novas propostas ao PRODETUR NACIONAL: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – 2010 para o Polo Campo Grande e Região e a Readequação do PDITS – 2004 –Serra da Bodoquena.

Realizado pela AGRICON Consultoria, o presente documento se refere à Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – 2010 para o Polo Campo Grande e Região envolvendo os municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.

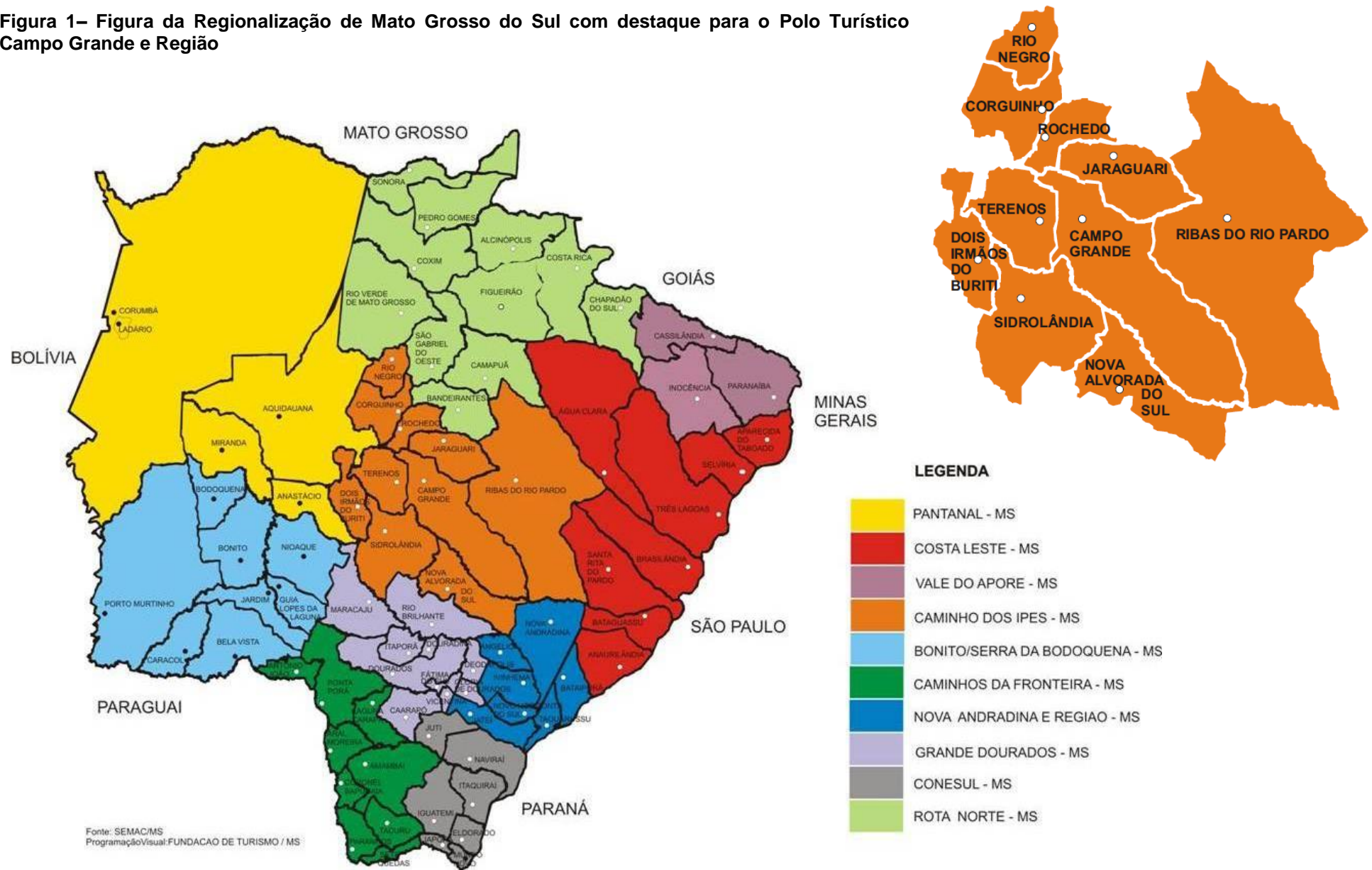
Para a construção deste documento, a AGRICON Consultoria apoiou-se em Pesquisas Secundárias, na documentação fornecida pela Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR-MS (UCP); nas informações levantadas através de oficinas e pesquisas aplicada junto a comunidade local, representada pelas entidades da sociedade organizada, *trade* e instâncias de governança dos municípios em questão.

2. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

Campo Grande e Região é uma das 10(dez) regiões turísticas de Mato Grosso do Sul e é compostas pela capital do estado – Campo Grande e mais nove municípios: Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.

2.1. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Figura 1– Figura da Regionalização de Mato Grosso do Sul com destaque para o Polo Turístico Campo Grande e Região



2.1.1. Localização Geográfica

A região ocupa uma área de 49.287,39 Km² do total territorial do Estado. O município com maior extensão é Ribas do Rio Pardo, que ocupa 35% da área da região, seguido por Campo Grande (16%) e Sidrolândia (11%).

Quadro 1 - Área Territorial dos Municípios da Região

Municípios	Área Km ²	% Região	Distância
Campo Grande	8.096,05	16%	0
Corguinho	2.640,80	5%	99
Dois Irmãos do Buriti	2.814,24	6%	113
Jaraguari	2.913,00	6%	50
Nova Alvorada do Sul	4.019,20	8%	118
Ribas do Rio Pardo	17.308,72	35%	97
Rio Negro	1.807,00	4%	163
Rochedo	1.560,65	3%	89
Sidrolândia	5.286,49	11%	70
Terenos	2.841,24	6%	27
Total	49.287,39	100%	

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c

O Município da região que se encontra mais distante da capital é Rio Negro (163 km) e os que estão mais próximos de Campo Grande são Jaraguari (50Km) e Terenos (27 km).

Considerando as distâncias acima apresentadas, o tempo para acessar o município mais distante é em torno de duas horas, fator que impõe muita facilidade para interlocuções e roteirizações turística.

2.1.2. Caracterização Demográfica

A população da região, segundo estimativa 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, era de 817.313 habitantes, correspondendo a 36,80% da população estadual.

Quadro 2 – População e Densidade Demográfica

Municípios	População estimativa 2007	% Estado	Densidade Demográfica
Campo Grande	724.524	31,98%	89,49
Corguinho	4.165	0,18%	1,58
Dois Irmãos do Buriti	9.350	0,41%	3,32
Jaraguari	5.577	0,25%	1,91
Nova Alvorada do Sul	2.026	0,09%	0,50
Ribas do Rio Pardo	19.159	0,85%	1,11
Rio Negro	4.961	0,22%	2,75
Rochedo	4.946	0,22%	3,17
Sidrolândia	38.147	1,68%	7,22
Terenos	4.458	0,20%	1,57
Total	817.313	36,08%	16,58
Estado	2.265.274		

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c

A Densidade Demográfica corresponde a média de habitantes por quilômetros quadrados, obtida através da divisão da população pela área. A densidade demográfica do Brasil é baixa não ultrapassando 20 habitantes por quilômetro quadrado. Apenas Campo Grande,

apresenta uma densidade bem acima do índice estadual e nacional, desta forma, a Região apresenta grandes vazios demográfico, tal fator denota grandes potencialidades para expansão da atividade turística, em especial o turismo em espaço rural

2.1.3. Dimensão Ambiental

A análise dos municípios da Região de Campo Grande, com dados obtidos junto ao IBGE, com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, mostra que no ano de 2008 os impactos ambientais mais frequentes foram o assoreamento, desmatamento e desnudamento de solos por queimadas. Em menores proporções ocorreu a poluição do ar e a poluição dos recursos hídricos no Município de Campo Grande. Houve a degradação de áreas legalmente protegidas no Município de Rochedo. (IRS/MS Edição 2009)

Quadro 3 – Ocorrência de Impactos Ambientais – Campo Grande e Região em 2008.

descrição	Assoreamento	Desmatamento	Queimadas	Redução do pescado	Poluição do recurso Água	Degradação de áreas legalmente protegida	Poluição do Ar
Campo Grande	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Corguinho	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Dois Irmãos do Buriti	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Jaraguari	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Nova Alvorada do Sul	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Ribas do Rio Pardo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Rio Negro	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Rochedo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Sidrolândia	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Terenos	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde

SIM
NÃO
NÃO INFORMADO

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c

Segundo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, algumas ações estão sendo aplicadas visando minimizar os impactos ambientais sofridos, tais como a gestão ambiental compartilhada, a existência de conselhos municipais de meio ambiente, a realização de conferências de Meio Ambiente, a recuperação de áreas degradadas. O tratamento de esgoto doméstico nos Municípios de Ribas do Rio Pardo e Campo Grande e o aterro controlado em Nova Alvorada do Sul, Dois Irmãos do Buriti são também exemplos de ações que minimizam esses impactos. Em Campo Grande está em fase de instalação um aterro sanitário e implementação de um processo de recuperação da área degradada do atual lixão, e somente este e o Município de Terenos recebem recursos do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, pelo critério ambiental. (IRS/MS Edição 2009)

Quadro 4 – Ações de Redução de Impacto Ambientais - Campo Grande e Região em 2008.

Descrição	ICMS Ecológico	Município realiza licenciamento ambiental de impacto local	Município possui algum tipo de aterro	Gestão Ambiental Regional Consorciada	Tratamento de Esgoto Doméstico	Realiza Conferência Municipal de Meio Ambiente	Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente	Recuperação de áreas degradadas
Campo Grande								
Corguinho								
Dois Irmãos do Buriti								
Jaraguari								
Nova Alvorada do Sul								
Ribas do Rio Pardo								
Rio Negro								
Rochedo								
Sidrolândia								
Terenos								

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c

SIM	NÃO	NÃO INFORMADO
------------	------------	----------------------

De acordo com os Quadros acima, a Região apresenta forte disposição na mitigação dos problemas ambientais, fator importantíssimo para o desenvolvimento e expansão do turismo.

2.1.4. Aspectos Econômicos e Sociais

Campo Grande e Região é destaque em relação ao Estado no que tange à contribuição na arrecadação de ICMS (43,66%), sendo mais uma vez a capital a grande responsável por esta posição.

O quadro abaixo dá destaque para o setor de serviços na composição da arrecadação, pois a atividade turística está inserida neste setor.

Quadro 5 – Setor de Serviços na Composição da Arrecadação Estadual - 2008

Municípios	Serviços (R\$ Mil)	% serviços em relação ao total	% Participação/ Estado
Campo Grande	468.220.696,05	45,28%	41,58%
Corguinho	54,7	0,01%	0,02%
Dois Irmãos do Buriti	134,48	0,02%	0,03%
Jaraguari	0	0,00%	0,04%
Nova Alvorada do Sul	36.948,97	0,39%	0,38%
Ribas do Rio Pardo	533.276,17	2,19%	0,98%
Rio Negro	44,03	0,01%	0,02%
Rochedo	0	0,00%	0,01%
Sidrolândia	19.557,95	0,28%	0,28%
Terenos	15.871,86	0,20%	0,31%
Total da Região	468.826.584,21	43,18%	43,66%
Total do Estado	578.948.093,93	23,28%	100,00%

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c

Na capital do Estado de Mato Grosso do Sul Campo Grande, concentram-se os segmentos: industrial, financeiro, comercial e de serviços. A Cidade destaque da Região é Campo Grande, economicamente diversificada e onde se concentra o turismo de negócios e de eventos, motivado pela infraestrutura existente.

Quadro 6 – Evolução do PIB anual por município do Polo Campo Grande e região entre 2002 e 2006, valores em reais

Municípios	PIB (em R\$)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Campo Grande	4.802.069.551	5.515.739.730	6.356.402.655	6.903.355.766	7.839.567.228
Corguinho	26.135.905	30.855.223	36.881.435	41.866.155	45.157.195
Dois irmãos do Buriti	43.453.077	51.062.289	63.347.040	61.860.530	68.703.493
Jaraguari	37.734.733	47.327.148	53.573.445	51.140.897	56.415.107
Nova Alvorada do Sul	107.559.847	148.925.649	156.459.232	143.505.363	161.717.276
Ribas do Rio Pardo	175.634.015	237.181.273	286.543.303	314.544.684	330.999.958
Rio Negro	22.512.605	25.272.838	32.937.625	34.111.260	36.479.036
Rochedo	27.418.095	33.979.199	37.770.589	40.765.385	37.705.069
Sidrolândia	255.869.152	350.567.671	358.929.907	327.538.908	389.971.674
Terenos	73.649.834	92.286.125	130.590.674	111.911.814	137.393.322

Fonte: SEMAC. PIB Municipal. Série 2002-2006

Os maiores valores de toda a série acima correspondem ao produto do município de Campo Grande, o que reflete sua posição de centro dinâmico da região e revela a necessidade de se realizar investimentos e ações que tornem o município um irradiador de benefícios que promovam o desenvolvimento da região. Apesar disso, Campo Grande não apresenta a maior renda *per capita* do polo.

Quadro 7 – Evolução do PIB per capita por município do Polo Campo Grande e região entre 2002 e 2006, valores em reais

Municípios	PIB <i>per capita</i> (em R\$)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Campo Grande	6.830	7.675	8.658	9.207	10.244
Corguinho	7.327	8.675	10.398	11.837	12.800
Dois irmãos do Buriti	4.573	5.336	6.574	6.376	7.034
Jaraguari	6.685	8.237	9.163	8.598	9.326
Nova Alvorada do Sul	10.023	13.496	13.797	12.322	13.534
Ribas do Rio Pardo	9.941	13.147	15.562	16.743	17.276
Rio Negro	4.182	4.712	6.163	6.407	6.876
Rochedo	5.963	7.240	7.890	8.350	7.577
Sidrolândia	9.940	13.164	13.043	11.528	13.311
Terenos	6.067	7.486	10.434	8.808	10.657

Fonte: SEMAC. PIB Municipal. Série 2002-2006

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do polo pode ser classificado como entre médio a elevado. Destaca-se que o IDH é um indicador de bem-estar de uma população e tem sido utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo o cálculo do IDH, a classificação é feita da seguinte forma:

- Acima de 0,9: desenvolvimento humano muito elevado
- De 0,8 a 0,89: desenvolvimento humano elevado
- De 0,5 a 0,79: desenvolvimento humano médio

- Abaixo de 0,5: desenvolvimento humano baixo

Quadro 8 – Índices e subíndices de Desenvolvimento Humano por município do Polo Campo Grande e região em 2000

Município	IDH	IDH - Subíndices		
		IDH	IDH	IDH
		Educação	Longevidade	Renda
Campo Grande	0,81	0,92	0,76	0,77
Corguinho	0,72	0,83	0,71	0,63
Dois Irmãos do Buriti	0,69	0,80	0,67	0,59
Jaraguari	0,73	0,83	0,74	0,64
Nova Alvorada do Sul	0,75	0,83	0,72	0,69
Ribas do Rio Pardo	0,73	0,78	0,76	0,66
Rio Negro	0,72	0,81	0,73	0,63
Rochedo	0,73	0,84	0,71	0,64
Sidrolândia	0,76	0,85	0,75	0,75
Terenos	0,73	0,83	0,72	0,72

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000)

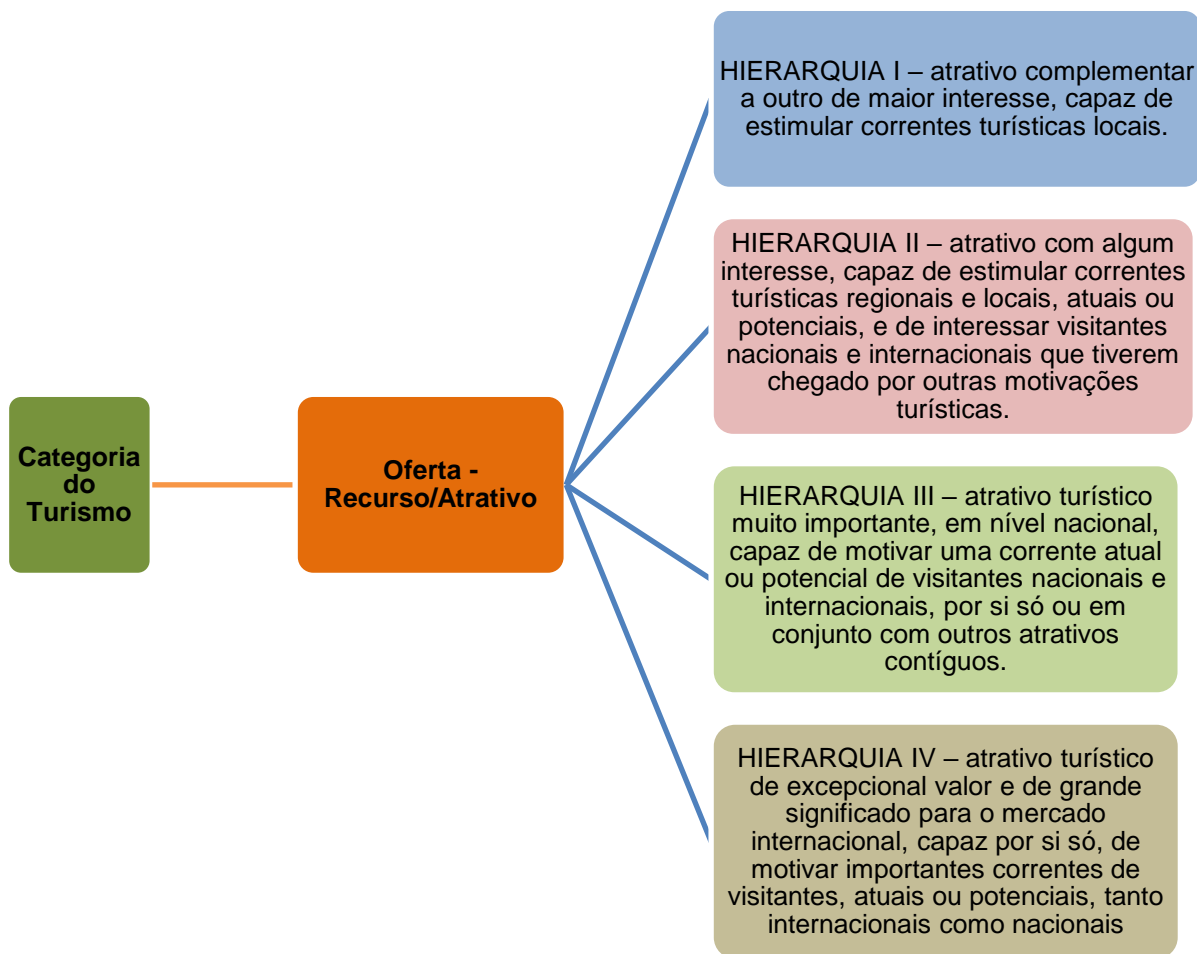
De acordo com essa classificação, pode-se observar que com exceção de Campo Grande, todos os demais municípios estão classificados como médio desenvolvimento humano. No entanto, quando se avalia os subíndices que compõem o IDH percebe-se que, com exceção de Ribas do Rio Pardo, todos os municípios são classificados como de elevado desenvolvimento humano no subíndice educação. Nos demais subíndices, renda e longevidade, todos os municípios da região são classificados como de médio desenvolvimento humano.

2.2. IMPORTÂNCIA DOS ATRATIVOS OU RECURSOS TURÍSTICOS

Para Beni (1998, p. 57), atrativos turísticos “são elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar, podendo, por sua origem, ser subdivididos em naturais e culturais”. Ignarra (1999, p.48) afirma que “o atrativo turístico possui maior valor quanto mais acentuado for seu diferencial”. Por esse valor ser subjetivo, alguns autores desenvolveram metodologias para hierarquizar esses atrativos.

O método utilizado foi uma simplificação do que foi utilizado no Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”, criado pelo Ministério do Turismo, trata-se de uma adaptação da metodologia elaborada pela Organização Mundial do Turismo - OMT e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística - CICATUR, e divide os atrativos em quatro níveis de hierarquias, de acordo com o seu potencial de atratividade.

Observa-se que o critério disponibilidade em tempo não é de grande significado neste polo, uma vez que os fatores climáticos não representam impedimento nem interferem significativamente na oferta dos atrativos. Como o principal segmento turístico do polo é o de negócios e eventos programados, as condições climáticas da região, que serão analisadas mais adiante, oferecem boas condições de temperatura e o período de chuvas não impõe restrições à realização dos eventos.



Utilizou-se ainda como fatores de análise:

Acesso

Neste item se avalia o tipo de acesso mais usado para se chegar ao atrativo, ao qual são atribuídos pontos de acordo com um esquema pré-estabelecido.

Estando os atrativos turísticos concentrados há uma distância de no máximo 50 Km. da sede e pelo fato de, como já citado, estar utilizando dados secundários considerou-se o acesso ao destino e não individualmente ao atrativo.

- Acesso Rodoviário: Bom (03 pontos) Regular (02 pontos) Ruim (01 ponto)
- Acesso Marítimo, Fluvial e Ferroviário: Existência (03 pontos) Não existência (0 ponto)

Transporte

Neste item se avalia o meio de transporte mais utilizado e são atribuídos pontos de acordo com os parâmetros abaixo.

Pelas mesmas razões já explicitadas no item 1 (Acesso), considerou-se o transporte ao destino e não pontualmente ao atrativo.

- Rodoviário, Aéreo, Marítimo, Fluvial e Ferroviário: Existência (03 pontos) Não existência (0 pontos)

Equipamentos e serviços turísticos

Nesta avaliação são incluídos todos os equipamentos e serviços turísticos instalados no atrativo, que contribuam para a sua valorização e facilitem o uso e permanência dos visitantes no local. A pontuação é atribuída ao conjunto de equipamentos e serviços, em função do nível de qualidade dos mesmos.

Bom (03 pontos) Ruim (01 ponto)

Quadro 9 – Demonstrativo dos Atrativos e Hierarquização

Campo Grande			
Categoria	Oferta	Hierarquia	Característica
Turismo histórico-cultural	Museus, feiras, mercado municipal.	Hierarquia I e II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas e atrativo complementar
	Monumentos	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
	City Tour	hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
Turismo de Natureza	Parque do Prosa	hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos
	Parque dos Poderes, das Nações Indígenas e Horto Florestal	hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
	Outros Parques e praças	hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
	Inferminho, o Lago do Amor, Lagoa do Parque e Lagoa Itatiaia,	hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
	Aquário Natural (Inauguração prevista final do ano de 2010)	Hierarquia IV	Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais
Turismo Rural	Day use	hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Turismo Religioso	Igrejas católicas, além de templos protestantes e diversas seitas	hierarquia I	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
Turismo científico	Embrapa Gado de Corte	hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos
Turismo de Eventos	Equipamentos para negócio & eventos, festas & eventos populares	hierarquia II	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos
Ribas do Rio Pardo			
Turismo de Natureza	Balneário Municipal	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
Turismo	Usina do Mimoso e	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais

Técnico científico	Agrotecnológico		
Corguinho			
Turismo Místico	Projeto Portal Ufos	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos
Turismo Rural	Agrotecnológico – Fazenda Anew	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos
Turismo Natureza	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Vale do Bugio - “Paraíso de Belezas Naturais”	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
Jaraguari			
Turismo Rural	Estância Lázara Sítio Pingo D'ouro	Hierarquia I e II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
Turismo Étnico e Cultural	Furnas do Dionízio e Casarão histórico	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Dois Irmãos do Buriti			
Turismo Rural	Agrotecnológico	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
	Pousada Sol Amarelo	Hierarquia II	
Pesca Esportiva	Rio Aquidauana	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Sidrolândia			
Turismo Rural	Fazenda Piana	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
Turismo de Eventos	ExpoSidrolândia Festas e eventos	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
Turismo Aventura	Rampas para Vôo Livre	Hierarquia IV	Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes,
Rochedo			
Turismo Rural	Rio Aquidauana	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais

	Fazenda Paraíso Tropical		
Pesca Esportiva	Rio Aquidauana	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Rio Negro			
Turismo Rural	Balneário Águas do Rio Negro, Balneário Novo Paraíso Inscrições Rupestres ; Vale do Acantilado; Cachoeira Rio do Peixe e Cachoeira Córrego Rico	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
Terenos			
Turismo Rural	Agrotecnológico (Projeto Pacu)	Hierarquia III	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos
	Agrotecnológico	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
Turismo de Natureza	Balneário Cantinho do Céu Balneário Raio de Sol.	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
Nova Alvorada do Sul			
Turismo Eventos e negócios	Indústrias	Hierarquia II	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas
Turismo Rural	Pesqueiro Campestre	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
Turismo Aventura	Rampas para Vôo Livre	Hierarquia IV	Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes,
Turismo de Pesca	Pesqueiro Campestre	Hierarquia I	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais

Fonte: Sistema de Informações – FUNDTUR/MS adaptado (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

2.2.1. Segmentação

A Região turística que abrange a Capital – Campo Grande e mais nove municípios: Rochedo, Rio Negro, Terenos, Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia se localiza no centro do Estado e possui um enorme potencial turístico, tendo como destaque os segmentos de turismo rural, cultural, ecoturismo, agrotecnológico, místico, negócios e eventos.

Campo Grande destaca-se por sua imensa área verde, avenidas largas, rede hoteleira variada e boa infraestrutura de comércio e serviços, como uma das principais capitais com melhor qualidade de vida do Brasil. É uma cidade com cultura diversificada, cosmopolita e que contém grandes atrativos de lazer e entretenimento.

O município de Campo Grande é o principal portal de entrada para as regiões turísticas do Pantanal e Bonito - Serra da Bodoquena. A partir de Campo Grande, no sentido noroeste, ficam os municípios pantaneiros de Miranda, Aquidauana, Corumbá e Porto Murtinho e um dos principais roteiros de ecoturismo e aventura do Brasil: Bonito, Jardim e Bodoquena.

Na capital as opções de passeio incluem parques, museus, aldeia indígena que fica na área urbana e lugares como a Feira Central, na qual é possível comprar artesanato e provar pratos típicos como o Sobá – herança dos imigrantes japoneses.

Ressalta-se a presença da Embrapa Gado de Corte no município que é uma referência nacional e internacional de pecuária de corte atraindo diversos visitantes, estudantes e outros turistas técnicos e científicos.

A natureza tem papel fundamental em nossa região, como no município de **Rochedo**, com suas cachoeiras, rochas, fauna e flora, seus usos e costumes que inspiram a prática do turismo rural, de aventura, lazer, esportivo ou educacional e contemplação em áreas naturais, que desenvolvem de forma sustentável o patrimônio natural e cultural.

Cascatas e cachoeiras marcam as belas paisagens de **Rio Negro**, com um relevo escarpado, talhado por *canyons* e vales que originaram belas corredeiras e cachoeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura. Possui também cavernas de arenito, algumas abrigam sítios arqueológicos com inscrições rupestres.

As águas também são referências que marcam o município de **Corguinho**. Com cachoeiras e córregos, a cidade dispõe de um excelente potencial para o turismo de aventura e místico, já que o município é bastante procurado por Ufólogos, que pesquisam indícios de aparições de OVNI's (Objeto Voador Não Identificado).

Com relevo colinoso e tabular entremeado de áreas planas e uma pequena região de acumulação fluvial e vegetação de cerrado, características essas próximas da Região do Pantanal, **Dois Irmãos do Buriti** se apresenta como potencial destino de turismo rural e de aventura. O município hoje tem como atividade principal a pecuária e o comércio, se destacando como 6º produtor de café do Estado.

O município de **Jaraguari** tem um forte apelo histórico pela existência da comunidade quilombola de Furnas do Dionízio. O Casarão histórico tombado como patrimônio, retrata a história da imigração japonesa, com a existência de casas da época. Os principais atrativos turísticos de Jaraguari são a Estância Lázara e o Sítio Pingo D'Ouro.

O município de **Ribas do Rio Pardo** tem sua economia basicamente sustentada pelo setor de agropecuária. Por sua imensa extensão territorial, predomina a criação de gado, havendo também o extrativismo de resina, carvão, com uma indústria siderúrgica, frigorífico, e diversas serrarias, além de outras pequenas indústrias.

Sidrolândia é um dos municípios que mais cresce em Mato Grosso do Sul, devido ao seu enorme potencial de produção agropastoril e incentivos para a industrialização. O município abrange atualmente 39 indústrias. No turismo se destaca pela realização da ExpoSidrolândia, além dos eventos como Exposição de orquídeas, festa Nossa Senhora da Abadia, festa do cordeiro, festa do laço, entre outros eventos tradicionais da região.

O município de **Terenos**, está localizado estrategicamente na importante rota de integração entre Mato Grosso do Sul e Bolívia. As belezas naturais de Terenos, seus sítios arqueológicos, cachoeiras, balneários e o turismo tecnológico atrai diversos turistas interessados na piscicultura do Projeto Pacu.

Nova Alvorada do Sul destaca-se como polo industrial e possui uma forte ligação com a cana de açúcar através das usinas de álcool que se instalaram na municipalidade. O turismo tem sido implementado especialmente nas modalidades do turismo rural, turismo de eventos e de negócios, os quais despontam como alternativas para ampliar a renda e oferta de mão de obra.

A palavra **atrativo** adveio do latim e é explicada por Dominguez (1994), como sendo aquele que atrai. Ou seja, aquele que pode trazer para si. Turisticamente falando, um atrativo deve ter o poder de atrair pessoas para sua fruição. Mas ao fundir os conceitos de recurso e atrativo, para chegar ao turismo, percebe-se que não basta atrair, mas devem-se ter condições de uso turístico. É dizer, que mais que atrair, os ícones de interesse turístico devem ter possibilidade de uso com disponibilidade e aptidão.

A hierarquização apresentada condensa os recursos/atrativos da região preponderantemente nos níveis I e II - Atrativo complementar ou com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas. Tal resultado demonstra a necessidade de ordenar as ações de planejamento da região, tanto em nível estratégico, como tático e operacional.

Assim, pode-se concluir que a região turística Campo Grande e Região possui recursos/atrativos suficientes para atrair turistas por suas próprias características, entretanto, o potencial da região se sucumbe ao fato de Campo Grande ser o principal portal de entrada de turistas do Estado e ser conexão fundamental para os principais roteiros de Mato Grosso do Sul comercializados em esfera nacional e internacional, deixando de explorar de maneira estratégica a confluência destas duas características: ter potencial e diferencial e ser a principal região distribuidora de turista de Mato Grosso do Sul.

2.3. ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E CONECTIVIDADE

Figura 2 – Posição Geográfica de Mato Grosso do Sul no Brasil e América do Sul



Fonte: elaboração própria

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo, faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia e limita-se ao leste com Minas Gerais e São Paulo, ao sul com o Paraná, ao norte com Mato Grosso e ao Nordeste com Goiás.

O desenvolvimento turístico do Estado tem como forte alicerce a presença do Pantanal, detendo 70% da planície alagada que representa um dos maiores ecossistemas do mundo e que ocupa 24% do território sul-mato-grossense.

Figura 3 – Conexões do Polo Turístico Campo Grande e Região com as demais Regiões Turísticas de Mato Grosso do Sul

Fonte: FUNDTUR/MS MATO GROSSO DO SUL 2010e.



A região turística Campo Grande e Região, também ocupa posição geograficamente privilegiada. Está localizada no centro do Estado e seu maior ícone é Campo Grande, capital do Estado que representa uma rota obrigatória para o turista que se destina ao Pantanal, às cidades que compõem o polo turístico Bonito - Serra da Bodoquena e ao turismo de compras e de negócios das fronteiras do Paraguai e Bolívia.

2.3.1. Acesso Rodoviário

Embasado em dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, do levantamento do Fluxo de Turistas e da movimentação hoteleira da FUNDTUR/MS verifica-se que em 2009, somente 3,5% dos turistas do polo eram estrangeiros, oriundos de diversos países: Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria. Dos turistas nacionais, os principais centros emissores de turista do polo são: São Paulo (28,2%), o próprio Estado (26,5%) e demais Estados (54,5%).

Considerando os países citados da FNRH do polo em 2009, verifica-se que são todos países sem acesso aéreo direto ao polo, assim tomou-se a distância aérea entre a capital destes países e São Paulo conforme quadro abaixo e a seguir a distância de São Paulo ao Polo Campo Grande e Região.

Quadro 10 – Distância aérea entre os principais países de origem do visitante de Campo Grande e Região em 2009 e a cidade de São Paulo.

Cidade	País	Distância (Km)
Berlim	Alemanha	10.246
Paris	França	9.394
Adelaide	Austrália	13.571
Roma	Itália	9.469
Tokyo	Japão	18.520
Lisboa	Portugal	7.942
Berna	Suíça	9.519
Vancouver	Canadá	11.041
Copenhague	Dinamarca	10.415
Londres	Inglaterra	9.486
Viena	Áustria	10.133

Fonte: EMSAMPA, 2010.

A distância entre o município de São Paulo e Campo Grande é de 1014Km conforme o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Esta distância é um importante referencial ao turista do polo, nacional e internacional, visto que a capital paulista concentra uma parcela significativa dos desembarques internacionais, sobretudo dos países supracitados e o Estado de São Paulo é um relevante mercado de origem nacional.

Decorrente da posição geográfica do polo destaca-se ainda a distância rodoviária entre Campo Grande e Assunção (Paraguai) é de 1.058 Km e a distância aérea entre a capital sul-matogrossense e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) é de 954 Km, visto que o acesso rodoviário entre estas cidades ainda é limitado pela não pavimentação de um longo trecho e pela existência de uma linha aérea sem escalas operada pela GOL Linhas Aéreas Inteligentes.

Complementando as distâncias de acesso ao polo, segue abaixo a distância entre a Capital Campo Grande e os demais municípios do polo:

Quadro 11 – Distância de Campo Grande ao municípios do polo.

Origem	Destino	Distância (Km)
Campo Grande	Corguinho	100
	Dois Irmãos do Buriti	98
	Jaraguari	43
	Nova Alvorada do Sul	107
	Ribas do Rio Pardo	84
	Rio Negro	160
	Rochedo	83
	Sidrolândia	64
	Terenos	23

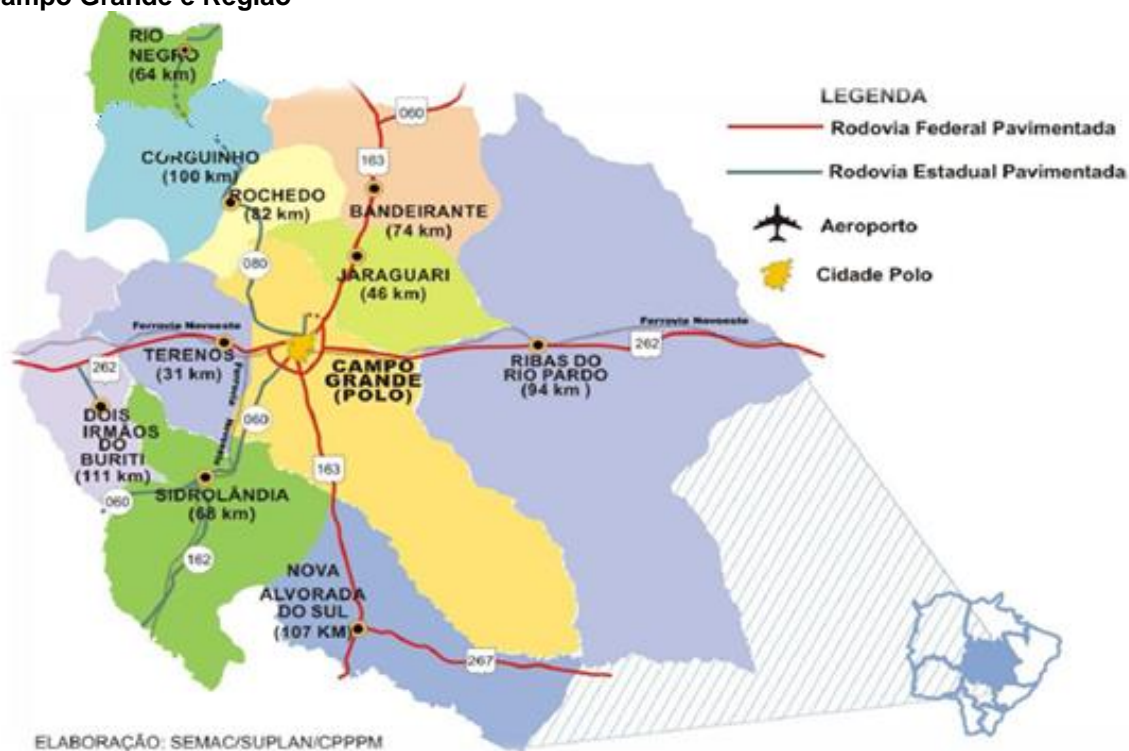
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010c.

A Região também é um grande portal de acesso para todos os destinos de Mato Grosso do Sul, como pode ser verificado na informação abaixo.



A Região além de ser portal de acesso, também apresenta forte interligação rodoviária entre os municípios que o compõe.

Figura 4 – Rodovias Federais e Estaduais que interligam os Municípios do Polo Turístico Campo Grande e Região



A BR 163 corta o Estado no sentido Norte – Sul e a BR 262, corta no sentido Leste-Oeste, promovendo assim a integração do estado e da região com os grandes centros distribuidores de turistas – São Paulo, Paraná e Mato Grosso, além de oportunizar o ingresso de turistas estrangeiros pela BR 262 em Corumbá.

Figura 5 – Rodovia MS 080



Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

A rodovia MS 080, que liga Campo Grande a Rio Negro, passando por Rochedo e Corguinho encontra-se em processo final de pavimentação.

Esta rodovia corta uma das mais belas paisagens da região e será a grande alternativa para os turistas, que a partir de sua conclusão, poderão evitar a BR 163 - principal rodovia de Mato Grosso do Sul, com fluxo intenso de veículos e caminhões principalmente por ocasião da safra agrícola, cuja rota interliga o norte do país até a divisa com o Paraná. (duplicação prevista)

A expectativa é que esta rodovia se transforme em uma estrada de interesse turístico, potencializando ainda mais o turismo contemplativo da região.

O Transporte rodoviário é compreendido pelas seguintes conexões e serviços:

- **Internacional** - Campo Grande provenientes da Asunción e Concepción (PY)
- **Interestadual** - Campo Grande com linhas provenientes de São Paulo, Goiás/DF, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro que dispõe de linha internacional para Puerto Suarez (BO);
- **Intermunicipal** - Campo Grande com linhas para todos os municípios de MS possibilitando **conexão** para os passageiros desembarcados de linhas interestaduais - aérea e rodoviária para os destinos turísticos;
- **Transportadoras Turísticas:** Disponível para fretamento eventual com uma frota cadastrada de 649 veículos na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN/ e Cadastur / Fundtur / Mtur.

Quanto aos Terminais Rodoviários, apenas Campo Grande dispõe de uma boa estrutura, os demais municípios da região possuem apenas pontos de parada.

No ano de 2006, de acordo com levantamentos da AGEPAN/MS a movimentação de passageiros em linhas regulares de transporte (ônibus) na região turística, com saída e retorno para Campo Grande, foi 25% do total de movimentação do Estado que atingiu a marca de 2.901.260 passageiros, fator que mostra a grande integração existente na região.

Quadro 12 – Demonstrativo de movimentação de passageiros dentro da região - 2006

Linha	Passageiros Embarcados e Desembarcados - 2006
CG – Sidrolândia	264.865,00
CG – Terenos	153.911,00
CG – Ribas do Rio Pardo	72.211,00
CG – Rio Negro	91.414,00
CG –(Nova Alvorada) - Dourados	83.981,00
CG – Corguinho	52.010,00
CG – Dois Irmãos do Buriti	16.586,00
TOTAL	734.978,00

Fonte: Sistema de Estatística FUNDTUR/MS, MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

Neste quadro do demonstrativo da movimentação de passageiros dentro da região, o número de passageiros embarcados e desembarcado na linha CG-Corguinho também agrega os valores referentes a Rochedo, pois a linha é a mesma. Também se destaca que não há registros disponíveis da movimentação de passageiros para Jaraguari.

2.3.2. Acesso Aéreo

A Região dispõe de um Aeroporto Internacional com capacidade para um milhão de passageiros/ano recebe vôos regulares provenientes de: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Santa Cruz (BO); de dois aeroportos de pequeno porte: Teruel e Santa Maria em Campo Grande e de um campo de pouso em Corguinho.

O aeroporto de Campo Grande conta atualmente com um projeto de expansão para o incremento do transporte de cargas e da produção industrial, interligando-se com o Terminal Intermodal de Cargas e do Centro de Logística Industrial Aduaneiro (CLIA) de Campo Grande, o que resultará em mais uma opção no transporte de cargas visando o alcance de outros mercados por via aérea. Estuda-se a alternativa de transformação de parte de sua área em aeroporto industrial

O Aeroporto Internacional é operado pelas seguintes empresas: GOL, TAM, AZUL, WEBJET, TRIP, OCEANAIR, AIR PORTUGAL

2.3.3. Conectividade

O Polo turístico Campo Grande e Região, com destaque para o município de Campo Grande, é ponto de intersecção dos principais roteiros de caráter nacional e internacional do Estado, atuando como indutor e distribuidor do fluxo turístico.

Principais Roteiros de Mato Grosso do Sul, com conectividade no polo turístico Campo Grande e Região:

Rota Pantanal - Bonito carro chefe na promoção, divulgação e comercialização do destino Mato Grosso do Sul – Compreende: Campo Grande, Bonito e Pantanal, distribuídos em 12 roteiros.

Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu - Comercializada também como Rota Foz do Iguaçu - Bonito – Pantanal – Compreende: Campo Grande, Corumbá, Bonito e Foz do Iguaçu.

Rota Travessia do Pantanal - Roteiros dentro do território do Pantanal abrangendo os atrativos e infraestrutura dos Estados de MT e MS, com objetivo de aumentar o fluxo de turistas e sua maior permanência na região do Pantanal oportunizando, conseqüentemente, maior circulação de divisa, geração de emprego, ocupação e renda e otimização da infraestrutura turística disponível na região.

Figura 6 – Rota Pantanal – Bonito, Rota Ecoturismo do Pantanal ao Iguaçu e Rota Travessia do Pantanal



Fonte: FUNDTUR/MS (2008) – MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

Rota Brasília - Bonito – Pantanal - Contempla a Região Brasil Central unindo Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade e referência da arquitetura mundial com o Pantanal Patrimônio Natural da Humanidade com as águas cristalinas, ictiofauna e flora aquática de Bonito - Serra da Bodoquena. Compreende: Brasília, Campo Grande e Rota Pantanal – Bonito.

Figura 7 – Rota Brasília - Bonito – Pantanal



Fonte: FUNDTUR/MS (2009) – MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

Rota Bioceânica - Destaca-se neste item a localização geográfica de Mato Grosso do Sul com relação à rota bioceânica, que interliga os Estados Andinos. Desta forma, Mato Grosso do Sul se caracteriza como alternativa que aproximará os centros produtores brasileiros com países do continente asiático: China, Índia, Coréia e Japão, o que ampliará a competitividade dos produtos brasileiros por meio dos ganhos devidos à redução de custos na logística de transporte.

Figura 8 – Rota Bioceânica



Fonte: FUNDTUR/MS (2009) – MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

Amplio projeto compreendendo:

No Brasil - Campo Grande, Corumbá, Miranda, Porto Murtinho, Aquidauana, Bonito, Bodoquena e Jardim

Na Bolívia – Santa Cruz de La Sierra e La Paz;

No Peru – Cuzco e Machu Pichu

No Chile – Iquique e Antofagasta

No Paraguai – Assunção

Na Argentina – Salta

Rota Trem do Pantanal - Inaugurado em maio/2009, saindo da Estação de Indubrasil (Campo Grande –Terenos) realiza um passeio turístico entre a capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda com impacto também na Região Bonito Serra da Bodoquena. No período entre maio/2009 - fevereiro/2010 foram transportados 6.034 passageiros sendo 4.592 pagantes segundo dados da Serra Verde *Express*.

Figura 9 – Trem do Pantanal



Fonte: FUNDTUR/MS (2008) – MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

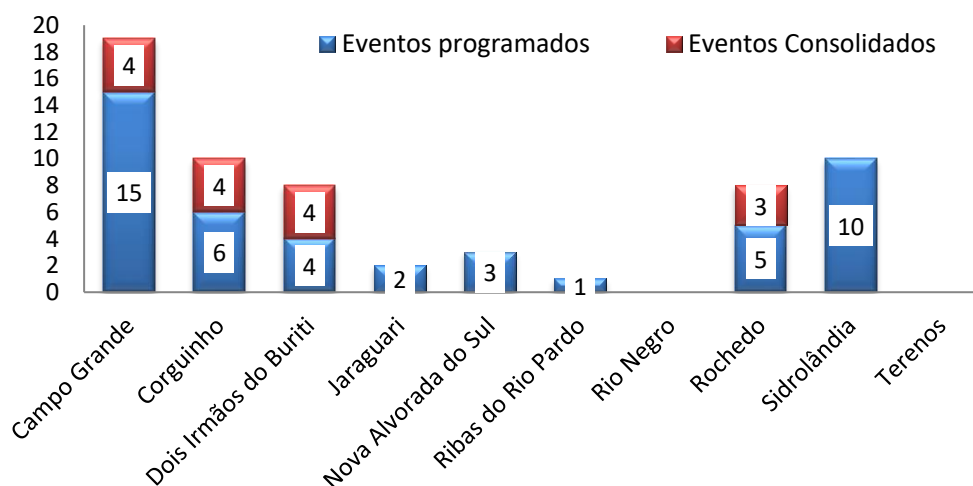
O polo turístico Campo Grande e Região possui um roteiro integrado – ROTEIRO VIDA, que integra os municípios de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, com as seguintes atrações: City Tour em Campo Grande-MS compreendendo os seguintes atrativos: o Parque das Nações Indígenas, a Feira Central, o Parque dos Poderes, Aldeia Urbana Marçal de Souza, e o Mercado Municipal. Em Rochedo, a Pousada Paraíso Tropical, com sua gastronomia típica e turismo rural e no município de Corguinho a RPPN Vale do Bugio.

Este roteiro é comercializado pelas operadoras do GOPAN – Grupo de Operadoras do Mato Grosso do Sul - Open Door, Toca do Bicho Viagens e Turismo, N&T Japan Tour Viagens e Turismo Operadora de Ecoturismo, Mais H2O Operadora de Turismo, Pioneiro Turismo, Águas do Pantanal Tour, Agência Ar, Ygarapé Tour e Impacto Operadora de Ecoturismo.

Outro roteiro é a Estrada Parque Palmeiras Piraputanga - MS que envolve os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana - passando pelos distritos de Palmeiras, Camisão terminando em Aquidauana. Corta parte da Serra de Maracaju, passando por vários morros, entre eles o do Chapéu e do Paxixi. Região cortada pelo Rio Aquidauana, que pode ser visto em várias partes da estrada. Nesses Distritos existe uma atividade turística natural e consolidada como destino de pesca esportiva, atividades de aventura (rapel) e, principalmente, lazer com número significativo de *segunda residência* – casas urbanas, pesqueiros e ranchos utilizados para temporadas e finais de semanas de moradores da capital, outros municípios e até mesmo de outros Estados: Significativa ainda, a quantidade de empreendimentos fora do perímetro urbano voltados para hospedagem como pesqueiros, camping, hotéis e casas de aluguel.

Quanto ao turismo de eventos, na região a maioria dos municípios possui eventos programados, aproximadamente 50, mas poucos deles são consolidados, como se pode observar na Figura abaixo:

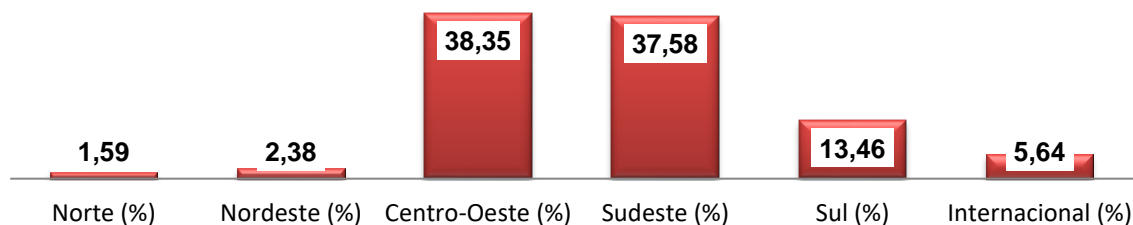
Figura 10 – Eventos Programados e Consolidados na Região - 2008



Fonte: FUNDTUR/MS (2009) – MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

Dentre as regiões do país que mais emitem turistas à Capital, destacam-se a Centro-Oeste e a Sudeste, conforme mostra o Figura:

Figura 11 – Regiões emissoras de turista para Campo Grande - 2007



Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL/, 2010e.

A despeito das condições de acessibilidade e conectividade e da política estadual de desenvolvimento com a ampliação e melhoria do aeroporto internacional, finalização da pavimentação na MS 080, expectativa de duplicação da BR 163, plano de turismo voltado para a melhor ocupação do espaço aéreo, através de vôos regionais e vôos *charters* para os destinos de caráter internacional e nacional que ampliam sobremaneira as oportunidades para o desenvolvimento do turismo na região tanto a nível local, quanto estadual, regional, nacional e internacional, a região, deve trabalhar com roteiros temáticos e integrados, aproveitando todo esse fluxo turístico que adentra na região através de Campo Grande, promovendo um planejamento turístico integrado com ações de promoção e *marketing* voltados para as potencialidades específicas da região, evidenciando o diferencial da região estimulando a permanência dos turistas e das comunidades locais que muitas vezes desconhecem os atrativos e recursos regionais.

2.4. ANÁLISE DO NÍVEL DE USO ATUAL OU POTENCIAL

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – ZEE/MS, de junho de 2008 – Primeira Aproximação, foi elaborado com o objetivo central de promover a identificação dos fatores ecológicos e da intensidade da ocupação do solo em um processo de zoneamento visando a organização do espaço, indicando as áreas que deverão ser preservadas e aquelas que estarão liberadas (ainda que parcialmente) à exploração econômica, como efeito, possibilitando realizar maior eficiência produtiva obedecendo princípios e parâmetros de utilização dos recursos naturais.

Dentro deste estudo, o polo turístico Campo Grande e Região se enquadra em zonas distintas, nas quais o turismo foi identificado como alternativa econômica produtiva.

A - Zona de Proteção da Planície do Pantanal – ZPPP - Contém as sedes dos municípios de Coxim, Rio Negro, Corguinho e Rochedo.

Classificação - Zona de preservação ambiental e uso controlado, baseado nas Cartas de Vulnerabilidade Natural e Potencialidade Sócio Econômica, com as seguintes atividades indutoras; silvicultura; fruticultura; culturas agrícolas permanentes; ecoturismo e turismo rural.

Recomendações:

Implantação de empreendimentos e atividades relacionados com o ecoturismo e o turismo rural.

Estruturação do corredor de transporte em binário viário com a rodovia federal BR163, interligando os municípios de Campo Grande, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Rio Verde, visando fomentar o incremento das atividades produtivas locais e regionais.

B- Zona das Monções – ZMÇ - Contém em sua área, as sedes dos municípios de Jaraguari, Bandeirantes, Figueirão, Camapuã, **Ribas do Rio Pardo**, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Brasilândia, Três Lagoas e **Campo Grande**, sendo essas duas últimas cidades, respectivamente, o maior polo industrial do Estado e a Capital política e econômica do Estado.

Classificação - Zona de expansão econômica, com base nas Cartas de Vulnerabilidade Natural e de Potencialidade Sócio Econômica, com as seguintes atividades indutoras: agropecuária consorciada com a silvicultura; indústria de agroenergia e indústria em geral.

Recomendações

Fortalecimento do município de Campo Grande como Destino Indutor de Turismo, em conformidade com o enquadramento feito pelo Ministério do Turismo.

Em continuidade ao ZEE/MS e dentro do contexto do turismo, Campo Grande e Região apresenta uma singularidade turística que muito favorece o desenvolvimento orientado do turismo e permite ao turista e a comunidade local usufruir deste espaços, como complemento às suas atividades ou como destino turístico.

Algumas das especificidades turísticas da região, são únicas no estado, como é o caso do Portal UFO de Corguinho que é conhecido nacional e internacionalmente, mantendo um fluxo permanente de turistas e a infraestrutura de Autódromo e Kartodromo

As singularidades de cada município da região são apresentadas na Quadro abaixo.

Quadro 13 – Demonstrativo do Diferencial Turístico da Região

Segmentação	Diferencial Turístico da Região
Ecoturismo	As Unidades de Conservação: Parque Estadual do Prosa e Parque Estadual Matas do Segredo, Localizados em Campo Grande e os Canyons de Rio Negro
Turismo Cultural	City tour Museus e Tradição e Costumes dos Imigrantes em Campo Grande-MS Fazenda Anew Projeto Portal UFO em Corguinho; Comunidade Quilombola em Jaraguari
Turismo de Estudos e Intercâmbio	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com grande quantidade de cursos em nível elevado pela classificação do Ministério da Educação- MEC. Desenvolvimento tecnologia de ponta na agropecuária
Turismo de Esportes	Rampas naturais específicas para a atividade de Vôo Livre, em Sidrolândia e Sítios arqueológicos Terenos e Rio Negro Autódromo, Kartodromo, Hípica, Estádio em Campo Grande
Turismo de Aventura	Formação Geológica (canyons e escarpas de Rio Negro). Rampas naturais específicas para a atividade de Vôo Livre, em

Segmentação	Diferencial Turístico da Região
	Sidrolândia e Rio Negro
Turismo de Saúde	Hospital do Pênfigo (Fogo Selvagem) e São Julião (Lepra)
Turismo de Negócios e Eventos	Equipamentos para eventos de Campo Grande
Turismo Tecnológico	Empreendimentos agropecuários de alta tecnologia, Campo Grande, Sidrolândia e Terenos

Fonte: FUNDTUR/MS –MATO GROSSO DO SUL, 2010e.

A despeito do grande valor destes atrativos, a região não possui nenhum tipo de controle de visitação, de frequência, de capacidade de carga, nem monitoramento turístico. A ausência desta sistemática prejudica sobremaneira o desenvolvimento da exploração da atividade. Nem no segmento de turismo de evento há uma efetiva gestão.

A assessoria de Órgãos Públicos relacionados ao turismo e do Campo Grande Pantanal *Convention Bureau* têm buscado promover o equilíbrio entre a realização de eventos e a capacidade de hospedagem, trabalhando com um calendário que contribua para distribuição dos eventos, de forma ordenada, durante o ano, evitando a coincidência de datas e a realização de eventos que extrapolem a capacidade de carga de Campo Grande.

Com relação aos meios de hospedagens, todos os municípios do polo possuem pelo menos um hotel e um restaurante. No entanto, a infraestrutura para receber os turistas apresenta necessidades de melhoria e, além disso, há uma deficiência de profissionais qualificados para o atendimento ao turista.

Quadro 14 – Quantidade de Meios de Hospedagem, Unidades Habitacionais e Leitos por município do Polo Campo Grande e região, em números em 2009

Município	Hotel	Pousada	Motel	Outro	U.H.	Leitos
Campo Grande	112	13	15	7	2.753	5.524
Corguinho	3	0	0	0	09	40
Dois Irmãos do Buriti	2	3	0	0	30	126
Jaraguari	1	0	0	0	-	-
Nova Alvorada do Sul	4	0	0	0	158	285
Ribas R. Pardo	5	0	0	0	31	58
Rio Negro	2	0	0	0	42	108
Rochedo	1	1	0	0	23	82
Sidrolândia	3	0	0	0	74	148
Terenos	1	0	0	0	19	40

Fonte: Sistema de Informações - FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

A região, mais especificamente Campo Grande, até o ano de 2013 terá um incremento de 798 apartamentos, passando a 3.600 Unidades Habitacionais, de acordo com informações prestadas pela SEDESC- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio.

Hotel Águas	140 apartamentos
Hotel Ipê	71 apartamentos
Hotel Parque	94 apartamentos
Ibis (Shopping Norte Sul)	180 apartamentos
Intercity Premium	93 apartamentos
Fórmula 1	220 apartamentos

Este incremento no setor movimentará toda a cadeia produtiva direta do turismo e indireta de toda a economia da Campo Grande, com reflexos positivos para a região.

Exceto Campo Grande, que tem sua economia pautada no setor de serviços, os demais municípios da região têm sua economia pautada no setor secundário, entretanto na última década os empreendimentos agropecuários estão percebendo que a atividade turística pode ser explorada em consonância com as demais atividades, por isso o desenvolvimento expressivo do turismo rural na região, dentro dos parâmetros de sustentabilidade ambiental e cultural.

É interessante ressaltar que a região recebeu no ano de 2009, 4,52% do total do ICMS Ecológico, repassado aos municípios. Este instrumento de sustentabilidade, vem derrubar a antiga crença de que economia e ecologia são conceitos opostos. Ao mesmo tempo em que funciona como um incentivo para os municípios continuarem investindo na preservação ambiental, o ICMS Ecológico também serve como uma fonte de renda importante para muitos deles atuando, desta forma, como um grande instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável.

Quanto a utilização da rede de serviços, não existe informação suficiente para uma análise mais aprofundada sobre o perfil do turista e seu comportamento na utilização dos atrativos da região.

O Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, instrumento obrigatório para os meios de hospedagem não é encaminhado regularmente à Fundação de Turismo de MS, órgão oficial de turismo de Mato Grosso do Sul que dispõem de um setor de informação com expertise para análise do turismo. tal situação bloqueia os avanços e os direcionamentos do turismo.

De acordo com os poucos dados informados, a movimentação hoteleira em Campo Grande no período de 2007 a 2009 revelou um dado importante: A permanência média do turista no município em 2007 foi de 3,6 dias; em 2008 foi de 3,9 dias e em 2009 houve um decréscimo de 23% na permanência deste turista em Campo Grande. Tal redução deve ser investigada de maneira mais aprofundada, pois este indicativo pode mostrar um determinado desinteresse do público em conhecer as atrações da região.

Quadro 15 - Movimentação nos Meios de Hospedagem 2007 – 2009 com base no Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH

		UH's Disponíveis	UH's Ocupados	Hóspedes	Pernoites Gerados	Taxa Ocupação (UH)	Taxa Ocupação (Leitos)	Permanência Média em Dias	Relação Hospede / UH Ocupada
ANO 2007	Estado MS	4.068.886	1.567.154	992.496	2.350.103	38,5	21,7	2,4	1,5
	Capital	1.201.298	655.690	249.325	904.851	54,6	42,3	3,6	1,4
	Interior	2.867.587	911.469	743.171	1.445.252	31,8	16,6	1,9	1,6
ANO 2008	Estado MS	4.300.297	1.738.443	1.034.040	2.743.685	40,4	26,2	2,7	1,6
	Capital	1.367.935	734.876	271.075	1.053.866	53,7	41,3	3,9	1,4
	Interior	2.932.362	1.003.567	762.965	1.689.819	34,2	21,3	2,2	1,7
ANO 2009	Estado MS	4.177.884	1.636.192	1.165.863	3.062.581	39,2	29,1	2,6	1,9
	Capital	1.357.046	680.581	344.633	1.026.377	50,2	39,9	3,0	1,5
	Interior	2.820.838	955.611	821.230	2.036.205	33,9	25,6	2,5	2,1

Fonte: Sistema de Informações – FUNDTUR/MS

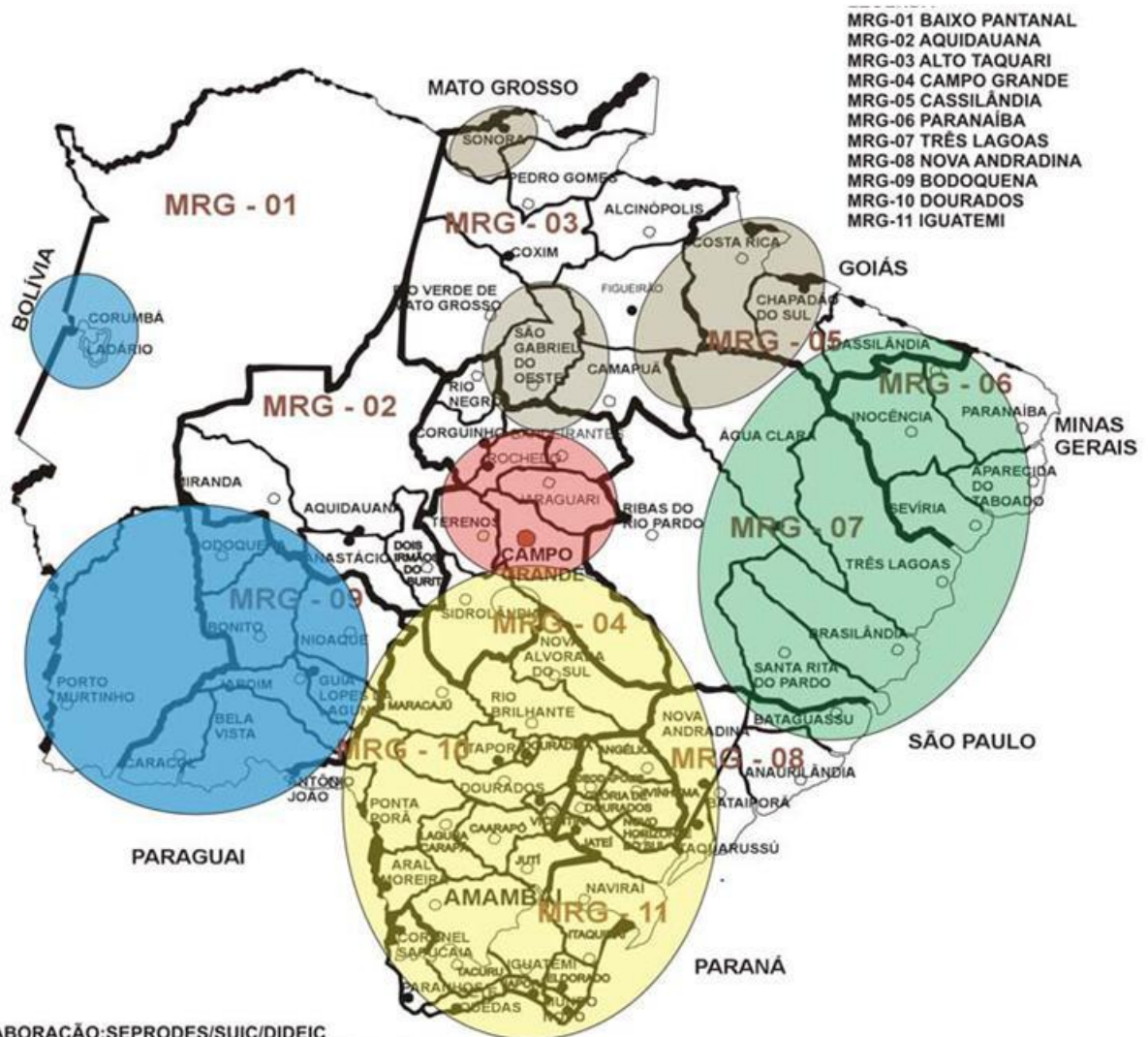
Favorecendo esta tendência que o polo sinaliza de comportar a ampliação de sua capacidade de carga, como se verifica pelo desenvolvimento hoteleiro supracitado, acredita-se numa competição pouco relevante do turismo com outras atividades econômicas da região. Pois o polo tem o setor terciário e o agropecuário como os que contribuem mais expressivamente para a formação da riqueza na região, conforme quadro abaixo:

Quadro 16 – Participação percentual dos setores de atividade no PIB municipal de 2002 a 2006.

Municípios	Agropecuária					Indústria					Comércio e Serviços				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Campo Grande	1,41	1,62	1,58	1,29	1,15	20,24	18,59	21,24	18,15	19,04	78,34	79,80	77,18	80,57	79,82
Corguinho	60,58	59,31	60,72	56,22	53,58	3,31	3,42	4,07	3,41	3,81	36,10	37,27	35,22	40,37	42,61
Dois Irmãos do Buriti	48,91	49,75	51,13	42,31	40,95	4,85	4,59	5,58	5,33	5,99	46,24	45,67	43,29	52,36	53,06
Jaraguari	59,19	61,08	57,43	49,68	44,85	4,59	4,38	6,13	6,04	6,79	36,22	34,54	36,43	44,28	48,36
Nova Alvorada do Sul	53,86	51,15	47,99	39,64	43,31	13,61	13,85	16,67	17,23	14,30	32,53	35,00	35,34	43,13	42,39
Ribas do Rio Pardo	53,68	47,43	46,34	40,59	39,07	15,21	21,83	23,48	26,83	25,98	31,11	30,74	30,19	32,59	34,95
Rio Negro	41,92	42,71	43,41	39,44	37,80	9,37	7,48	7,96	7,34	7,82	48,71	49,81	48,63	53,22	54,38
Rochedo	42,95	41,60	44,11	40,27	44,08	16,12	18,01	17,64	18,15	7,13	40,93	40,39	38,25	41,57	48,79
Sidrolândia	36,46	41,42	39,47	22,49	21,43	22,78	20,24	19,45	26,86	26,98	40,75	38,34	41,07	50,65	51,59
Terenos	46,92	47,23	49,21	36,31	36,79	15,66	15,23	15,07	16,42	18,91	37,42	37,54	35,72	47,27	44,31

Fonte: SEMAC. PIB Municipal. Série 2002-2006

No entanto, na base de dados oficial do Estado o setor de turismo é agregado ao de comércio e serviços fazendo com que a análise da competitividade econômica seja limitada. Mas cabe destacar que, segundo a análise das atividades produtivas potenciais nas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, outros setores e ramos de atividade econômica se destacam para formar o potencial produtivo e econômico da região como, por exemplo, a atividade frigorífica, a indústria de alimentos e bebidas, a indústria têxtil e confecções, a indústria metal-mecânica, dentre outras, salientado-se o turismo de eventos, como ilustra a figura a seguir:



- **PÓLO MINERO-SIDERÚRGICO - SETOR SUDOESTE** - Agroindústria frigorífica e Láctea, Indústria de calcário dolomítico, de turismo e pesca, extração de rochas ornamentais, Ind. De cerâmica, Ind. de artefatos de cimento.
- **PÓLO MINERO-SIDERÚRGICO - SETOR SUDOESTE (CORUMBÁ)** - Agroindústria frigorífica e Láctea, Indústria minero-siderúrgica, cimento e calcário, de turismo ecológico e de pesca, Ind. De refrigerantes.
- **PÓLO DE CAMPO GRANDE** - Agro-indústria frigorífica e Láctea, Ind. de Alimentos, têxtil e confecções, metalúrgica, de material plástico, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo refinado), beneficiadora de arroz gráfica, bens de capital, bebidas e refrigerantes, compensados e chapas de madeiras, turismo de eventos, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagens e ind. De café.
- **PÓLO SUL** - Agro-indústria frigorífica e Láctea, Ind. de Alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), bebidas, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagem, erva-mate, fiação de algodão, açúcar e álcool, beneficiamento de trigo, gráfica e Ind. De pescado.
- **PÓLO DO BOLSÃO** - Agro-indústria frigorífica e Láctea, Ind. de Alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), embalagem, Ind. açúcar e álcool, beneficiamento de algodão, gráfica, Ind. de pescado, derivados de plásticos, metalúrgica e siderurgia (ferro-gusa e alumínio), Ind. de Madeira, turismo, Ind. De calçados e Ind. de café.
- **PÓLO DO NORTE** - Agroindústria e Láctea, Ind. de Cerâmica, Ind. de alimentos, beneficiadora de algodão, rações, metalúrgica, Ind. De açúcar e álcool.

Figura 12 – Situação Produtiva Potencial de Mato Grosso do Sul em 2006

A estrutura fundiária do polo é estritamente rural, em média 85% dos municípios são ocupados por estabelecimentos agropecuário, sendo a maioria com áreas entre 100 e 1000 ha conforme base de dados do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Da mesma maneira a ocupação dos municípios que compõem o polo, incluindo a capital, não são fatores limitantes para o desenvolvimento do potencial turístico, sobretudo quando comparado à grandes centros urbanos, geralmente importantes destinos turísticos de negócios e eventos, onde o crescimento desordenado e a grande concentração populacional levam à especulação imobiliária de determinadas áreas e à problemas sociais por ocupações irregulares. Neste sentido, salienta-se que apesar de ser uma capital, Campo Grande não possui problemas de favelização e adensamentos populacionais excessivos.

Complementarmente, dos dez municípios integrantes do polo turístico em análise, somente Campo Grande possui legislação específica de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Lei n. 2.567/1988), norteando o planejamento urbano. Porém, os demais municípios, comparados a Campo Grande possuem uma baixa densidade demográfica denotando suportar aumentos sucessivos da pressão turística sem comprometer a ocupação territorial:

Quadro 17 - Densidade demográfica dos municípios do Polo Campo Grande e região em 2009 - estimativa populacional.

Município	Hab/Km²
Campo Grande	93,27
Dois Irmãos do Buriti	4,11
Nova Alvorada do Sul	3,15
Ribas do Rio Pardo	1,16
Rio Negro	2,80
Rochedo	2,87
Sidrolândia	7,80
Terenos	5,3

Fonte: SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c.

Apesar dos indicadores apresentados, para melhor mensurar o nível de competição do turismo com outras atividades, seus efeitos imobiliários e principalmente, deliberar adequadamente sobre a capacidade de carga do polo, é necessário o dimensionamento deste segmento econômico através de indicadores específicos do setor turístico. Neste contexto, a aplicação da Lei Geral do Turismo através do cadastro dos empreendimentos do setor permitirá avançar em seu dimensionamento e analisar melhor sua atuação na conjuntura local.

Esta situação requer uma estratégia integrada, capitaneada pelos órgãos gestores do turismo na região, envolvendo as entidades representativas do turismo e o empresariado, para entender e reverter este quadro no decorrer do tempo.

2.5. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS BÁSICOS

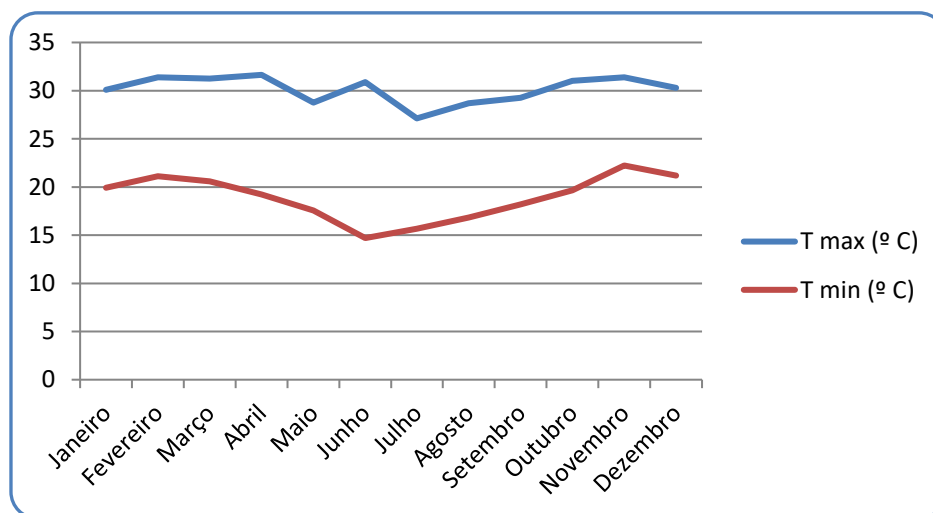
2.5.1. Condições físicas

O Polo Campo Grande e região está localizado na área central do estado de Mato Grosso do Sul, apresenta clima tropical caracterizado por uma estação de verão com muita chuvas e de inverno quente e seco, ocorrendo as temperaturas mais baixas no final do outono. (ABRAÃO apud MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Conforme dados e metodologia de balanço hídrico climatológico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de 2007, em termos anuais a estação meteorológica de Campo Grande indica uma evapotranspiração real de 1.107mm, um excedente hídrico de 361mm e uma deficiência de 15mm, concentrando esta deficiência hídrica nos meses de julho e agosto. (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

As normais climatológicas de 1961 a 1990, da estação meteorológica supracitada, indicam uma temperatura anual média de 22,7°C, registrando a menor temperatura média em junho, 19,1°C, e a maior em janeiro e fevereiro, 24,4°C. No ano de 2009, a região apresentou temperatura média mínima de 15°C em junho e temperatura média máxima próxima aos 31°C em fevereiro, março, abril, outubro e novembro, conforme se observa no Figura a seguir.

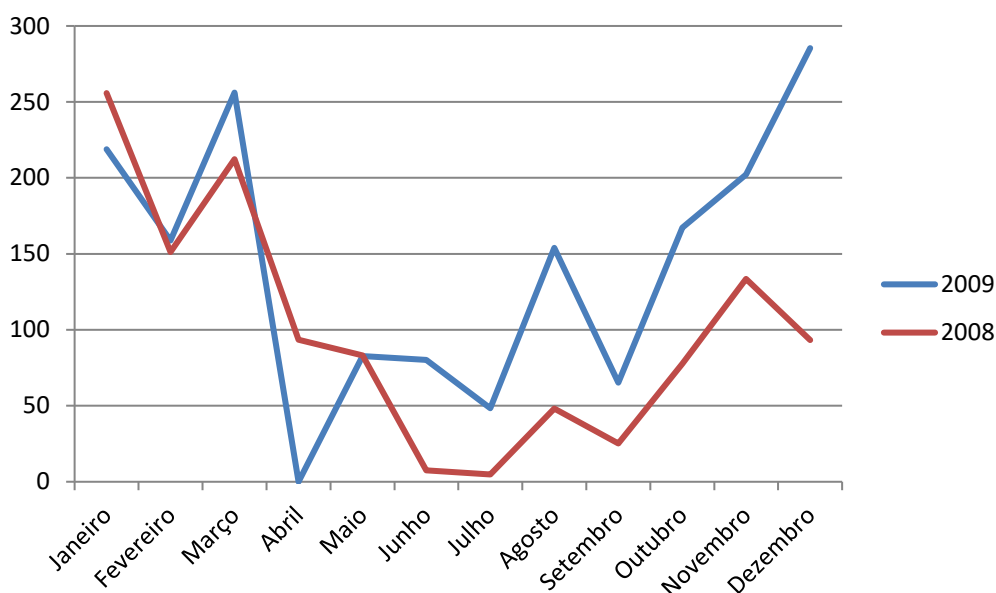
Figura 13 - Valores médios de temperaturas máximas e mínimas ao longo do ano de 2009, em Campo Grande



Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010d.

Na região, as chuvas ocorrem com maior frequência nos meses de verão, observando-se que os índices pluviométricos aumentam a partir do início da primavera até o final do verão. Entretanto, observa-se que 2009 representou um ano atípico quanto aos índices pluviométricos, quando não houve ocorrência de chuvas em abril mas o índice do mês de agosto ficou próximo do valor observado para fevereiro que é considerado um mês de alta precipitação.

Figura 14 - Índices Pluviométricos Acumulados para a cidade de Campo Grande em 2008 e 2009



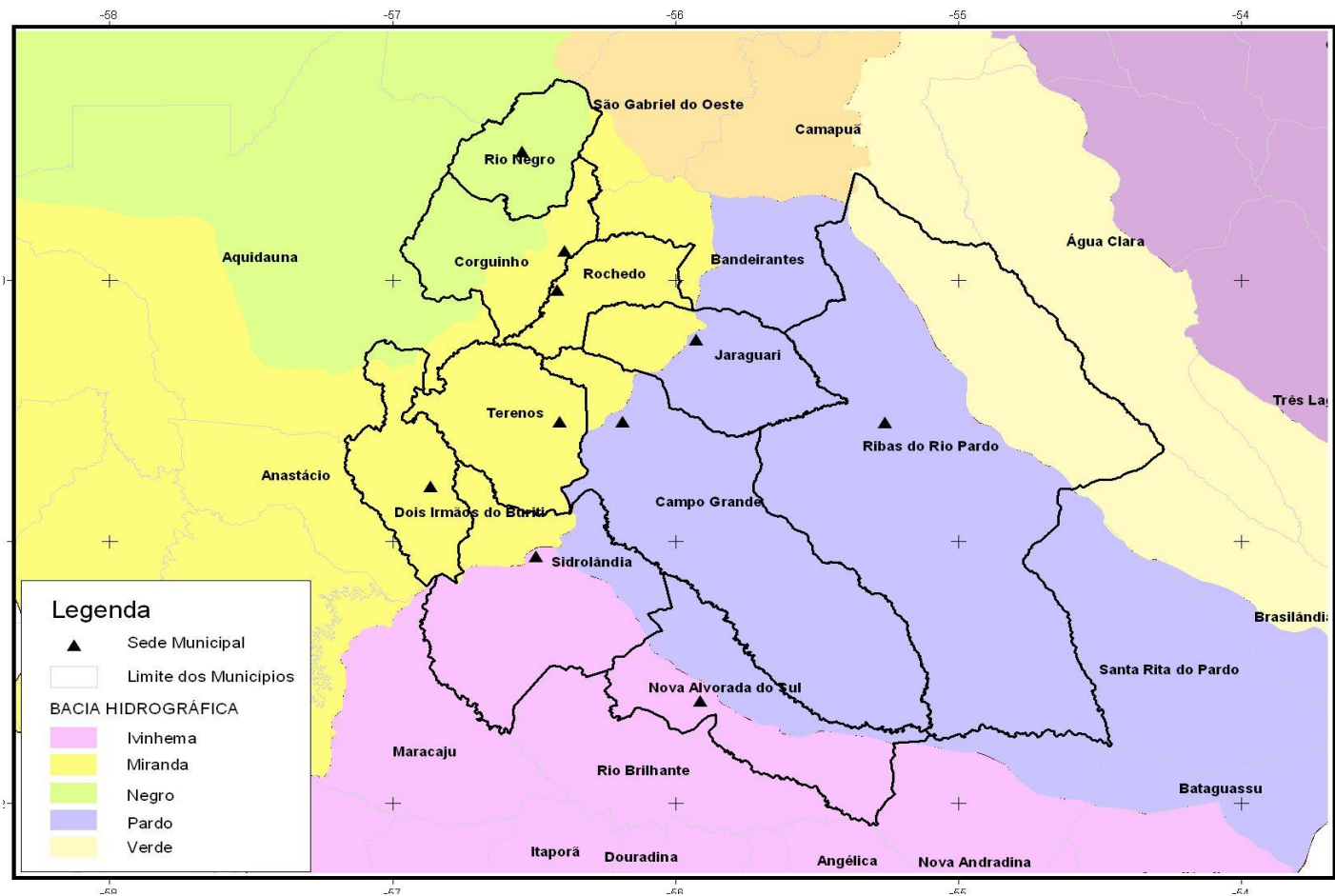
Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010d.

Tanto o Plano Estadual de Recursos Hídricos do MS – PERH/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a) como o Zoneamento Ecológico Econômico (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) ao elaborar o planejamento do estado, consideraram como unidade de gestão, as bacias hidrográficas.

Desta maneira, na região de abrangência do PDTIS Polo Campo Grande e região, a área de estudo esta contida em cinco bacias hidrográficas, sendo duas pertencentes à grande bacia do Paraguai e as outras três, à bacia do Paraná, assim distribuídas:

- Bacia do Paraná – Bacias do Rio Pardo, Rio Ivinhema e do Rio Verde.
- Bacia do Paraguai – bacias do Rio Miranda e do Rio Negro.

Figura 15 - Localização das Bacias Hidrográficas na área de abrangência do Polo Campo Grande e região



Fonte: IBGE, 2008 Adaptado

A bacia com maior área de abrangência, englobando praticamente toda a área dos municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo e parte norte do município de Nova Alvorada do Sul, é a Bacia do Rio Pardo que tem como principais afluentes o Rio Pardo, o Rio Anhanduí.

A bacia do Rio Ivinhema abrange o oeste e centro do município de Sidrolândia e a porção sul e sudeste de Nova Alvorada do Sul, sendo que o Rio Vacaria e o Rio Brilhante são os principais cursos d'água na área de estudo. A bacia do Rio Verde atinge a porção norte do município de Ribas do Rio Pardo o principal rio é o próprio Rio Verde. A bacia do Rio Negro abrange totalmente o município de Rio Negro e a porção centro-oeste do município de Corguinho, destacando-se os Rios do Peixe, Rio Negro e Rio Taboco.

Por fim, a bacia do Rio Miranda está representada principalmente pelo Rio Aquidauana, sendo que os municípios de Rochedo e Terenos têm sua área física completamente inserida nesta bacia, Dois Irmãos do Buriti tem 94,5% de sua área na bacia e com áreas menores os municípios de Jaraguari (32,1%), Sidrolândia (24,20%), Corguinho (44,5%) e Campo Grande (12,2%) (PEREIRA, 2004).

A pesca esportiva é praticada em vários rios da área referente ao Polo de Campo Grande e região, mas a maior concentração de turistas é encontrada no Rio Aquidauana e seus afluentes: o Córrego Ceroula, o Rio Taboco, o Rio do Peixe e o Rio Negro. Destaca-se a importância da pesca nos municípios de Rochedo e Campo Grande, pois, além da atividade praticada nos rios da região, existem vários pesqueiros estruturados com restaurante, *playground*, pedalinho, atividades como cavalgadas e outras.

Na região em estudo, encontram-se diversas cachoeiras e piscinas naturais propícias para banhos e nado, rios de águas cristalinas e praias naturais, cursos d'água com correntezas propícias à prática de *boiacross*, canoagem, passeios de bote entre outros. Os municípios de Rochedo e Corguinho têm projetos junto ao Ministério do Turismo para aporte de recursos na construção do Balneário Municipal.

A Quadro abaixo apresenta o Índice de Qualidade da Água (IQA) nos pontos de coleta na área de abrangência do Polo de Campo Grande e região, onde observa-se que a qualidade das águas é considerada de boa a ótima. Estes resultados fazem parte da rede de monitoramento das águas superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, que é desenvolvido pelo IMASUL desde 1998 e, no entanto, a rede de amostragem necessita de ampliação a fim de contemplar outros mananciais de importância para o abastecimento público e o desenvolvimento do turismo.

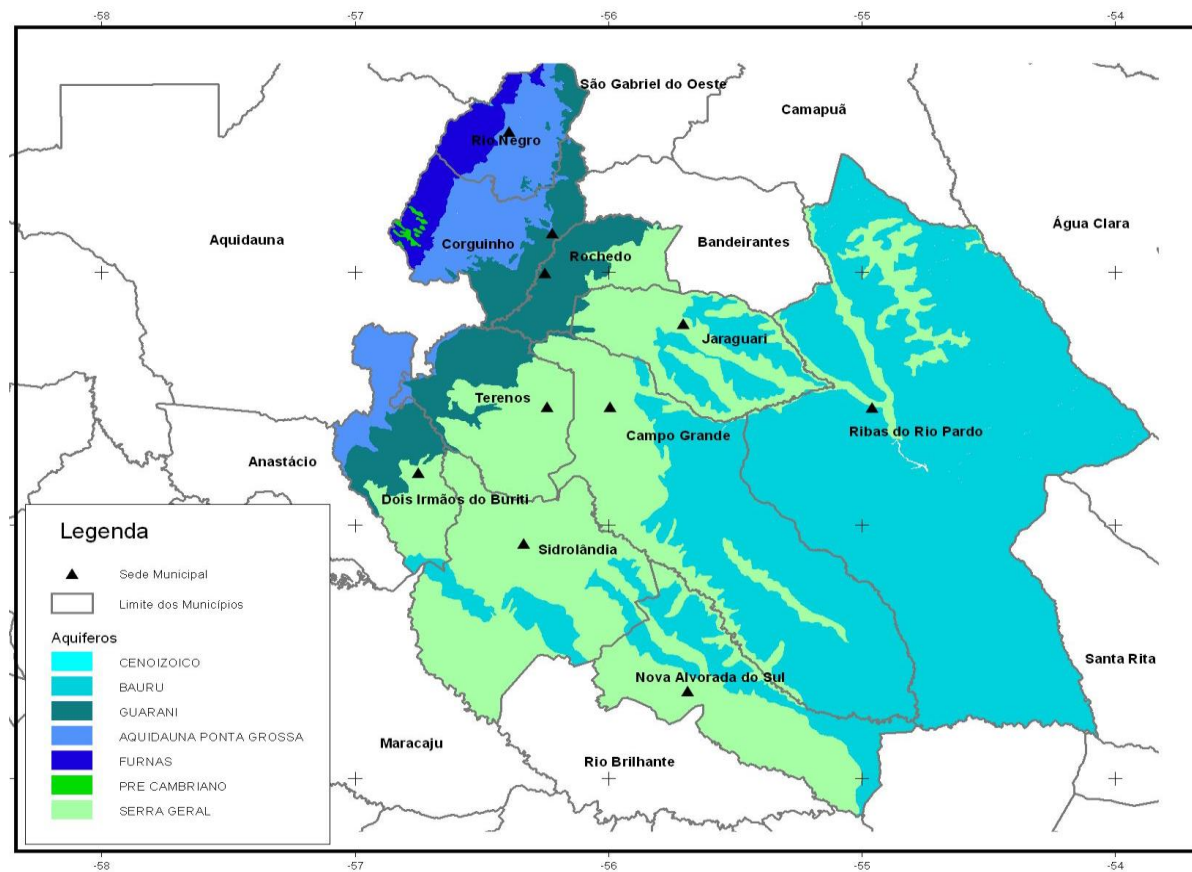
Quadro 18 - Índice de qualidade da Água (IQA), no ano de 2008, na área de abrangência do Polo Campo Grande e região

Bacia	Município	Curso d'água	IQA
Pardo	Campo Grande	Cor.Desbarrancado	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Joaquim Portugues	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Prosa	Boa
Ivinhema	Sidrolândia	Rio Vacaria	Boa
Miranda	Dois Irmãos do Buriti/Terenos	Cor.Canastrão	Boa
Miranda	Terenos	Rio Cachoeirão	Boa
Miranda	Rochedo/Córguinho	Rio Aquidauana	Boa/aceitável
Rio Negro	Rio Negro	Rio Negro	Boa a ótima

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2009

As cidades de Campo Grande e Sidrolândia utilizam como fonte secundária de abastecimento público poços perfurados no aquífero Serra Geral. Já os municípios de Corguinho e Rochedo complementam o abastecimento público através de poços no aquífero Aquidauana-Ponta Grossa, aflorantes na região. (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Figura 16 – Figura com os Sistemas Aquíferos do Polo Campo Grande e região



.Fonte: CPRM, 2006 – Adaptado

O Sistema Aquífero Guarani, um dos maiores Aquíferos da América do Sul, tem 18% da área total em Mato Grosso do Sul. Embora muito profundo, da ordem de 600 m, é um importante manancial de abastecimento de Campo Grande, podendo ser utilizado também em Rochedo, Rio Negro e Dois Irmãos do Buriti (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Quanto ao relevo, na Bacia Ivinhema apresentam-se modelados, entremeados por dissecados tabulares, com declividade suave e áreas de acumulação fluvial nas proximidades dos leitos dos rios de maior porte. Já o relevo na Bacia do Pardo, apresenta declividade suave e modelados tabulados entremeados de áreas planas e modelados de acumulação nas proximidades do Rio Paraná, topos colinosos de declividade baixa.

Relevos modelados de dissecção colinosos, com declividade suave e alguns pequenos ressaltos topoFiguras podem ser encontrados na Bacia do Verde, que também apresenta acumulação nas áreas baixas.

Na área de abrangência da Bacia do Miranda, o relevo apresenta-se como modelados planos e dissecção com topos colinosos e tabulares, colinas médias a amplas em vales entalhados, morros na região de Planalto e na planície, plano a pouco colinoso, com modelados de dissecção aguçados e colinosos entremeados por escarpas.

Deste relevo, destaca-se o Morro da Boa Sorte, local místico, repleto de histórias ufológicas e que, atualmente é um atrativo importante de turismo místico na região. Estes turistas acreditam que as crateras existentes têm o poder de cura e que outras, assim como algumas cavernas, foram construídas por seres cósmicos ou são marcas de naves espaciais.

Também se encontram na região sítios arqueológicos, morrarias e inscrições rupestres com grande potencial turísticos.

Na Bacia do Negro, considerando somente a parte da bacia referente à área do polo em questão, o relevo é variável: modelados planos e de dissecção com topos colinosos, topografia ondulada, acidentada e plana. Nos pontos de maior altitude tem-se uma visão de panorâmica do Pantanal, visão esta de beleza singular, que confere grande potencialidade ao local, sobretudo às propriedades voltadas ao turismo rural.

Na região de abrangência do polo, observa-se a predominância de solos do tipo areia quartzosa e latossolo roxo, sendo o primeiro ocupado principalmente pela atividade de pecuária de corte e o segundo com o desenvolvimento de agricultura cíclica, geralmente soja e milho. Abaixo, apresentam-se os principais tipos de solo na região, bem como a textura predominante, susceptibilidade a erosão e aptidão. Destaca-se que a susceptibilidade à erosão abaixo descrita varia de acordo com o relevo e o uso do solo, assim como o grau de manejo e técnicas conservacionistas adotadas.

Quadro 19 – Principais tipos de solos encontrados na região do Polo Campo Grande e região, com respectivas texturas, grau de susceptibilidade a erosão e principais usos.

Tipo de solo	Município	Textura	Susceptibilidade	Aptidão
Areias Quartzosas	Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari, Rochedo e Corguinho	Arenosa	Alta	Pecuária e silvicultura
Latossolo Roxo	Sidrolândia, Campo Grande, Terenos, Rochedo, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul	Argilosa a muito argilosa	Baixa	Agrícola
Latossolo Vermelho escuro	Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Ribas do rio Pardo	Média	Média	Agrícola e pecuária
Latossolo Vermelho-Amarelo	Corguinho e Rio Negro	Média-arenosa	Moderadamente susceptível	Pecuária e agricultura com restrições

Fonte: Adaptado de MATO GROSSO DO SUL 1998, 1990, 2010a e 2010 b.

2.5.2. Estabilidade de encostas

A ocorrência de deslizamentos ou escorregamentos em encostas, geralmente estão associados à ocupação desordenada dos núcleos urbanos, à estrutura física do solo, ao relevo montanhoso e à falta de cobertura vegetal.

À região do Polo de Campo Grande e região apresenta-se em grande parte com relevo plano e levemente inclinado. Nos municípios de Rochedo, Rio Negro e Corguinho, sobre os terrenos da Serra de Maracajú, observa-se formações de terrenos colinosos a escarpados, onde ainda predomina a cobertura vegetal nativa. Estas encostas com declive superior a 45% estão protegidas pelo código florestal (lei 4771/1965), regulamentado pela resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama 303/2002).

Dois importantes fatores que contribuem com a estabilidade das encostas no polo em questão são: o ICMS Ecológico e as Unidades de Conservação - UC existentes. Destaca-se que o repasse do ICMS Ecológico em 2009 no polo corresponde a 4,52% do total destinado ao Estado conforme quadro abaixo:

Quadro 20 – Repasse do ICMS Ecológico aos municípios do Polo Campo Grande e Região em 2009.

Município	Campo Grande	Dois Irmãos do Buriti	Nova Alvorada do Sul	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Polo
Índice	0,0142	0,1348	0,0174	0,001	0,0008	0,0579	0,2261
JAN.	10.359,07	98.338,24	12.693,51	729,51	583,61	42.238,75	164.942,70
FEV.	9.261,66	87.920,52	11.348,79	652,23	521,78	37.764,08	147.469,06
MAR.	9.531,81	90.485,11	11.679,83	671,25	537	38.865,64	151.770,65
ABR.	9.547,80	90.636,90	11.699,42	672,38	537,9	38.930,84	152.025,25
MAI.	9.493,18	90.118,40	11.632,49	668,53	534,83	38.708,13	151.155,57
JUN.	9.484,76	90.038,44	11.622,17	667,94	534,35	38.673,78	151.021,45
JUL.	9.416,11	89.386,75	11.538,05	663,11	530,49	38.393,87	149.928,38
AGO.	6.834,68	64.881,34	8.374,89	481,32	385,05	27.868,17	108.825,45
SET.	9.505,27	90.233,10	11.647,30	669,39	535,51	38.757,39	151.347,96
OUT.	9.266,61	87.967,55	11.354,86	652,58	522,06	37.784,28	147.547,95
NOV.	9.636,73	91.481,06	11.808,39	678,64	542,91	39.293,42	153.441,15
DEZ.	9.757,66	92.629,09	11.956,57	687,16	549,73	39.786,53	155.366,74
Total	112.095	1.064.116	137.356	7.894	6.315	457.064	1.784.842

Fonte: Fonte: SEFAZ/SGF/CDP – MS

Salienta-se que as UC's são ambientes considerados como frágeis principalmente as de proteção integral, tendo em vista que devem sofrer menos interferências, pois geralmente são criadas com intuito de preservarem uma área de relevante interesse ambiental contribuindo com a estabilidade das encostas. Atualmente cadastradas no Cadastro Estadual estão 19 UC.

Quadro 21- Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual em Julho de 2009

Unidade	UC	Localização
Federal	RPPN Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti
Estadual	Parque Estadual das Matas do Segredo	Campo Grande
	Parque Estadual do Prosa	Campo Grande
	Área de Proteção Ambiental - APA Estrada Parque-Piraputanga	entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti
	RPPN UFMS	Campo Grande
	RPPN Gavião de Penacho	Corguinho
	RPPN Vale do Bugio	Corguinho
	RPPN Laudelino Flores de Barcellos	Terenos
	RPPN Faz. Nova Querência	Terenos
Municipal	APA Lageado	Campo Grande
	APA Guariroba	Campo Grande
	APA Ceroula	Campo Grande
	APA do Rio Aquidauna/Rochedo	Rochedo
	APA do Rio Aquidauna/Corguinho	Corguinho
	APA do Rio Anhanduí	Nova Alvorada do Sul
	APA do Rio Vacaria	Nova Alvorada do Sul
	APA Ceroula/Piraputanga	Terenos
	APA Cachoeirão	Terenos
	Monumento Natural Serra de Terenos	Terenos

Fonte: IMASUL, Gerência de Unidade de Conservação apud SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2009b)

Os núcleos urbanos dos municípios estão localizados em áreas de terreno plano a levemente inclinado, e, portanto a região como um todo não apresenta riscos de deslizamentos de encostas.

Portanto pode-se considerar que grande parte das encostas é estável principalmente pela presença de cobertura vegetal nativa e igualmente, o risco de deslizamentos é mínimo em decorrência de todo o arcabouço legal de proteção ambiental.

2.5.3. Tendência de ocorrência de Desastres Naturais

Para o Brasil como um todo, não existe condições geológicas e climáticas para que ocorram grandes desastres naturais como terremotos, vulcões, tsunamis e furacões. No entanto, a impermeabilização do solo nas áreas urbanas e o regime pluviométrico podem ocasionar enchentes em alguns locais e secas em outros.

A substituição da cobertura vegetal nativa para implantação de atividades rurais e construções reduz a impermeabilização do solo e por consequência, impactam o ciclo hidrológico, sobretudo no que diz respeito ao escoamento. Desta maneira, tem-se o aumento do escoamento superficial, redução da infiltração e percolação da água no solo, afetando a recarga dos aquíferos e o nível dos lençóis freáticos. Esta alteração no ciclo

hidrológico potencializa a possibilidade de ocorrência de enchentes e problemas de qualidade e quantidades de água disponível. (BENINI, 2005)

Recentemente, entre os meses de novembro 2009 e março de 2010, a região apresentou índices pluviométricos superiores aos últimos anos. O aumento da pluviosidade e a rápida expansão urbana, especialmente em áreas específicas do município de Campo Grande, aumentando a impermeabilização do solo foram responsáveis por inundações em vários pontos da cidade, principalmente na área central, tornando evidente a necessidade de um redimensionamento do sistema de drenagem urbana.

Nos períodos de maior probabilidade de seca, entre maio e setembro, podem ocorrer déficits pluviométricos passíveis de impactar a disponibilidade de água. No entanto, o PERH-MS, tal como o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, indicam que a disponibilidade de água no polo, é classificada como situação confortável, minimizando os riscos de seca para a região.

2.5.4. Serviços básicos

Os serviços básicos prestados na região do Polo Campo Grande, compreendendo os municípios de Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Sidrolândia, de maneira generalizada, atendem adequadamente a população local e comportam o crescimento da demanda com o desenvolvimento do turismo, mesmo com os recentes investimentos em grandes empreendimentos hoteleiros na capital do Estado.

Todos os municípios dispõem de comunicação adequada de serviços de correios e telefonia e atendimento bancário, quer seja através de Agência ou posto avançado para atendimento básico á população.

Quadro 22 – Resumo dos serviços básicos públicos prestados à população da região do Polo Campo Grande e região – Saúde, Comunicação e Sistema Financeiro -2008

Municípios	SAÚDE					COMUNICAÇÃO			SISTEMA FINANCEIRO	
	Tipo de Unidade		Serviços Móveis			Qtde Correios	Qtde Telefones Públicos	Telefonia Móvel	Empresas bancárias	
	Hospital		Unid. Atend. Básico	Aéreo	Terrestre			Sim	Qtde Empresas	Nº de agências/posto
	Qtde	Nº de leito	Qtde	Qtde	Qtde					
Campo Grande	27	2482	60	0	11	43	5019	x	15	81
Corguinho	0	6	2	0	0	4	19	x	1	1
Dois Irmãos do Buriti	0	9	5	0	0	2	33	x	1	1
Jaraguari	0	0	2	0	0	3	18	x	1	1
Nova Alvorada do Sul	1	10	3	0	0	1	84	x	1	1
Ribas do Rio Pardo	1	16	5	0	0	1	83	x	2	2
Rio Negro	1	26	5	0	0	3	33	x	1	1
Rochedo	0	8	1	0	0	2	26	x	1	1
Sidrolândia	1	43	10	0	0	4	142	x	3	3
Terenos	0	0	5	0	0	1	49	x	1	1

Fonte: FUNDTUR/MS - - MATO GROSSO DO SUL,2010.

Na questão da saúde, a referência da região e do Estado é Campo Grande, que dispõem de serviços avançados como hospitais e clínicas especializadas.

Quadro 23 – Resumo dos serviços básicos públicos prestados à população da região do Polo Campo Grande e região – Saneamento Ambiental e Segurança -2008

Municípios	SANEAMENTO AMBIENTAL			SEGURANÇA				
	% rede água	Domicílios com banheiro ou sanitário	Domicílios em que o lixo é coletado diretamente	Delegacia da Política Civil	Delegacia de atendimento ao turista		Corpo de bombeiros ou de salvamento	
					Sim	Não	Sim	Não
Campo Grande	87,7	184.620	180.245	24	x		x	
Corguinho	51,8	980	387	1		x		x
Dois Irmãos do Buriti	44,5	1975	777	1		x		x
Jaraguari	32,6	1549	397	1		x		x
Nova Alvorada do Sul	64,9	2586	1739	1		x		x
Ribas do Rio Pardo	53,3	4091	2393	1		x		x
Rio Negro	75,6	1446	798	1		x		x
Rochedo	54,1	1213	652	1		x		x
Sidrolândia	67,6	5920	4176	1		x		x
Terenos	56,9	3097	1563	1		x		x

Fonte: FUNDTUR/MS - 2008

Na questão de segurança ao turista, Campo Grande dispõem de uma Delegacia Especializada de atendimento ao Turista, que atua em perfeita consonância com a Fundação de Turismo de MS, órgão oficial do estado, atendendo todas as regiões

O Estado utiliza o numero 0800 para recebimento de denúncias, sugestões e outras informações requeridas pelos turistas.

A região possui ainda, 3 (três) CAT – Centro de Atendimento ao Turista, localizados em Campo Grande, atendendo as principais entradas/saídas da região, além de unidades na rodoviária, no Mercado e no Shopping.

Abastecimento de água

Os serviços de abastecimento de água são realizados pela empresa Águas Guariroba na capital, pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL) nos demais municípios do polo, exceto nos municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo que são abastecidas por Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) municipais.

Especificamente no município de Campo Grande, onde a demanda de água para o turismo devido à desenvolvida rede hoteleira é maior, o sistema de abastecimento de água é embasado na captação superficial (Guariroba e Lageado) e subterrânea (Sistema Taveirópolis) para atender todo o município.

A qualidade da água neste município é analisada diariamente, através de exames bacteriológicos e físico-químicos e publicados mensalmente no *site* da empresa, além do controle de qualidade da água bruta em diversos pontos de captação, o qual em 2009 obteve índices de qualidade classificados entre boa e ótima, conforme relatório anual. (AGUAS DE GUARIROBA, 2009)

Nos municípios atendidos pela SANESUL, mensalmente é analisada através de testes bacteriológicos e físico-químicos a água distribuída, além de anualmente, anexo à conta de água, são divulgados à população, os resultados destas análises acrescidas de informações e dicas voltadas à educação ambiental.

Esgotamento sanitário

No polo, os municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo são os únicos que possuem sistemas de esgotamento sanitário implantado e em funcionamento. Sendo projetada em curto prazo, pela SANESUL, a ampliação do sistema em Ribas do Rio Pardo e sua implantação em Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia.

Nos demais municípios não há planejamento em curto prazo de tempo para a implantação deste serviço, sendo atualmente atendidos por fossas sumidouros.

Em Campo Grande, segundo informações da Águas Guariroba, em abril de 2010 a rede coletora de esgoto atendia aproximadamente 61% da população do município.

Destaca-se que nas estações de tratamento de esgoto de Campo Grande, administradas pela Águas de Guariroba, todo o tratamento segue as normas ambientais. Nelas, esgoto sofre um tratamento biológico, formando lodo, que é desidratado e utilizado no viveiro de mudas da empresa, gases, que são queimados, e a parte líquida do esgoto, ainda passa pelo processo de tratamento físico – químico e só depois é lançado nos córregos.

Em Ribas do Rio Pardo, 25% da população é atendida pelo sistema de esgotamento sanitário, sendo prevista a ampliação deste atendimento para 60% com a conclusão dos investimentos realizados no final de 2009. (MATO GROSSO DO SUL, 2009)

Drenagem de águas Pluviais

A ampliação e a implantação de novas redes de drenagem pluvial é um ponto positivo comum a todos os municípios que compõem o Polo Campo Grande, visto que as obras de drenagem implantadas não somente melhoram a infraestrutura destes municípios, como também viabilizam o acesso das prefeituras a recursos para a pavimentação das regiões onde tenham sido implantadas estas drenagens.

Em Campo Grande, município que teve sérios problemas no Estado pelo fato de seu sistema de drenagem pluvial não comportar, em algumas regiões específicas, os picos de chuvas ocorridos em fevereiro de 2010, o enfoque em adequar as regiões críticas ao Plano Diretor de Drenagem de Campo Grande intensificou-se com desapropriações de todos os empreendimentos irregulares com o referido plano e com a Lei de Ocupação do Solo que poderiam comprometer a drenagem e a mobilidade urbana na capital.

Assim, além das obras de recuperação de áreas afetadas, estão sendo criados reservatórios para água pluvial e lagos de contenção em áreas estratégicas, conforme previsto no Plano Diretor de Drenagem.

Igualmente, toda obra no município deve respeitar o plano em questão e a Lei de ocupação do solo, tendo no mínimo 12% de área permeável para facilitar a infiltração da água e reduzir os problemas com o escoamento de superfície.

Nos demais municípios do polo, não há relatos de riscos por alagamentos visto que, existe uma parcela substancial de área permeável e que todas as obras de pavimentação atualmente financiadas, são previamente acompanhadas por obras de drenagem, um pré-requisito dos financiamentos.

Resíduos sólidos

Na região, o serviço de gestão de resíduos sólidos, coleta de lixo, limpeza das vias públicas e dos bueiros das galerias de águas pluviais, mantém-se sob responsabilidade de equipes das prefeituras ou por ela contratadas, sendo o lixo coletado diariamente na região central de Campo Grande e com maior espaçamento de tempo nas regiões periféricas, assim como nos demais municípios do polo.

Os serviços de coleta de resíduos sólidos e de varrição de rua atendem em média 95% da população urbana na região. Embora, assim como a maioria dos municípios de menor porte do Estado, grande parte dos municípios do polo ainda não tenham aterros sanitários adequados e licenciados para a deposição final dos resíduos coletados, estão sendo desenvolvidos projetos de adequação ou implantação dos mesmos, bem como a construção de Unidades de Processamento de Lixo (UPL).

O quadro 4 anteriormente apresentado demonstra que do polo são três os municípios que possuem algum tipo de aterro: Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul. E justamente são estes três municípios os que buscaram adequar a deposição final dos resíduos coletados.

Dois Irmãos do Buriti possui aterro sanitário e UPL em operação devidamente licenciados. Igualmente o aterro de Nova Alvorada do Sul está adequadamente licenciado.

Em Campo Grande o atual lixão é irregular e o aterro sanitário em construção tem sua licença de implantação aprovada e as demais em processo e da mesma forma, os entrepostos de separação de resíduos recicláveis (Ecopontos) do município também estão em processo de licenciamento.

Campo Grande, maior cidade do polo e, conseqüentemente, maior volume de lixo produzido, tem os serviços de coleta e transporte terceirizados divididos em: coleta domiciliar e hospitalar. Para coletas especiais, as solicitações são encaminhadas para a Prefeitura.

Na capital, todos os resíduos têm seu destino final para dois diferenciados aterros: o de entulhos e o aterro controlado. Para entulhos, são encontrados nas saídas da capital os aterros com fácil acesso para a população que os utilizam acordo com o responsável pelo local, já os resíduos domiciliares e hospitalares são depositados no aterro controlado.

Encontra-se em construção uma usina de triagem junto ao aterro sanitário de Campo Grande e ainda está prevista a execução de projetos para a implantação de coleta seletiva de lixo, conclusão do aterro sanitário, construção de uma usina de processamento de lixo, instalação de incinerador de resíduos sólidos hospitalares. Estas ações terão como objetivo a desativação do atual lixão e recuperação de sua área, bem como o assentamento social das famílias dos catadores.

Energia Elétrica

O sistema de energia elétrica que atende o Polo Campo Grande e Região está incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do País, o que representa em elevado grau de confiabilidade.

A empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no polo é a Empresa Energética do Mato Grosso do Sul - ENERSUL, atendendo 98% das residências na área urbana. Nos últimos anos, o Projeto Luz para Todos do Governo Federal proporcionou a expansão da energia elétrica para grande parte da área rural.

De acordo com a Enersul, a interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorre esporadicamente, com baixa frequência, sendo em grande parte causada pela força dos ventos, que derrubaram muitos galhos de árvores sobre os fios da rede elétrica. Da mesma maneira, estes galhos quando se encostam aos fios de alta tensão podem provocar desestabilização e oscilação na rede de fornecimento.

2.6. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL E ASPECTOS LEGAIS

A FUNDTUR/MS, criada pela lei nº 2.307 de 09/10/2001 e pelo decreto nº 10.552 de 14/11/2001, é o órgão gestor do turismo. Já a lei nº 2.652 de 17/07/2003, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Turismo para apoiar as ações da FUNDTUR no fomento, estímulo e divulgação do turismo estadual, na seleção e identificação das oportunidades de turismo, na capacitação do setor turístico, na promoção da pesquisa, participação em eventos e manutenção do banco de dados sobre o setor no Estado.

Outro órgão de apoio ao desenvolvimento do turismo estadual é o PRODETUR, instituído pelo governo federal para apoiar projetos e programas regionais por meio da captação de recursos do BID. Com a sua reformulação para ter caráter nacional, o PRODETUR passou a ter como principal objetivo apoiar as ações que permitam o atingimento das metas contidas no Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Em Mato Grosso do Sul, o PRODETUR NACIONAL está sob a responsabilidade da SEPROTUR. A FUNDTUR é ligada à SEPROTUR.

Ainda como parte da estrutura da SEPROTUR, foi instituído pelo decreto nº 12.346 de 15/06/2007 a UCP, cuja função é viabilizar as ações do PRODETUR.

Um dos gargalos para a gestão do turismo é a pouca sensibilização para entender o turismo como uma atividade econômica e, conseqüentemente, nem todas as prefeituras possuem uma instância autônoma para organizar e promover o desenvolvimento das atividades turísticas. De qualquer forma, há em todos os municípios do polo um organismo interno nas prefeituras estruturado para desenvolver o turismo, seja uma secretaria, diretoria ou departamento. No entanto, apenas no município de Campo Grande há um órgão específico para prestar informações ao turista que é o CAT.

Há no polo uma instância de governança do turismo na região que é o Fórum Regional Caminho dos Ipês criada com o objetivo de convergir as ações de desenvolvimento do turismo de acordo com o Plano Nacional de Turismo que, dentre suas metas, consta a necessidade de se descentralizar a gestão do turismo. Destaca-se que todos os municípios do Polo Campo Grande e região possuem representação nessa instância de governança. Os atuais representantes municipais no Fórum Regional Caminho dos Ipês são nominados abaixo com seus respectivos contatos:

Quadro 24 – Representantes municipais no Fórum Regional Caminho dos Ipês.

Instituição	Nome	Cargo/Departamento	email	telefones
Prefeitura Municipal de Rochedo	Amélia Camargo de Miranda	Diretora de Turismo e Meio Ambiente	lia.guia@hotmail.com	(67) 9907-2794 (67) 3289-1122
Prefeitura Municipal de Terenos	André		andrebarros.ms@hotmail.com	(67) 3246-1507 (67) 8411-1317
Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo	Angelo		angelodeconto@hotmail.com	(67) 3238-1175 (67) 9213-0849
Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti	Jairson		culturaeturismodib@yahoo.com.br	(67) 3243-1369 (67) 3243-1117
Prefeitura Municipal de Jaraguari	Gilmar Antonio de Oliveira	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	jaraquari.12.sematur@hotmail.com	(67) 3285-1359 (67) 9609-1540
Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul	Mência		sulamita_kusano@hotmail.com	(67) 3456-1747 (67) 9103-2377
Prefeitura Municipal de Corguinho	Renata Kelly	Departamento de Desenvolvimento do Turismo	corguinhotur@yahoo.com.br	
Prefeitura Municipal de Rio Negro	Reginaldo Rio Negro		reginaldogri@yahoo.com.br	(67) 3278-1070 (67) 9646-0157
Prefeitura Municipal de Sidrolândia	Vanessa		sedetur@sidrolandia.ms.gov.br	(67) 3272-5616 (67) 9945-7514
Prefeitura Municipal de Campo Grande	Carla Reis	Diretora do Departamento de Turismo	turismo.sedesc@pmcg.ms.gov.br	(67) 3314-3588 (67) 9617-9409
	Luciana Souza	Departamento de Turismo/SEDESC	luciana.cgr@uol.com.br	(67) 3314-3592 (67) 9654-6694

Há um mecanismo de articulação entre os fóruns regionais das dez regiões turísticas do Estado que é o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, cujos objetivos são a promoção de ações públicas e privadas para execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo estadual. De uma forma geral, o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul procura articular e organizar ações de planejamento, controle, promoção, comercialização e monitoramento do desenvolvimento das atividades turísticas nas dez regiões estaduais.

2.6.1. Gestão Descentralizada e Políticas Regionais

A proposta de gestão descentralizada e compartilhada do Turismo vem fomentando a consolidação em todo o território nacional, de uma rede envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Este universo de agentes tem promovido a realização de diversos fóruns de discussão e deliberação sobre a Política Nacional de Turismo e seus desdobramentos, nas diferentes escalas territoriais do país.

Integram a rede da gestão descentralizada de Mato Grosso do Sul, as seguintes estâncias:

Figura 17 – Sistema Estadual de Turismo.



Todavia, observa-se limitações na rede de gestão descentralizada decorrentes das desigualdades na estruturação, planejamento e avaliação nas diversas instâncias e níveis de organização. Para a consolidação do Sistema Nacional do Turismo será necessário aperfeiçoar a interlocução e a qualificação dessa rede, a partir de um processo, coordenado pelo Núcleo Estratégico Nacional, com desdobramentos para as regiões, estados e municípios, que estabeleça as conexões, rotinas e critérios para a evolução dessas práticas.

No âmbito federal, o Ministério do Turismo é o responsável pela formulação e implementação das políticas de turismo. O grande marco para o turismo no Brasil, foi o ano de 1966 com a criação da EMBRATUR, uma autarquia nacional com o objetivo de propagação e expansão comercial do turismo. A partir da década de 70 o planejamento do turismo começa a tomar um caráter regionalizado por intermédio de programas específicos para determinadas localidades.

Na década de 1980, o avanço do governo de Sarney em relação ao turismo foi legitimar certa liberalização deste mercado outrora centralizado na EMBRATUR pelos governos militares e o turismo passou a ser articulado fortemente com a questão ambiental a partir da Política Nacional de Meio Ambiente criada em 1981.

No governo Collor, o Rio92 foi um importante evento que afetou diretamente as reflexões e práticas do turismo no Brasil, evento este fundamental que pressionou a promulgação de uma Política Nacional de Turismo criada ainda no mesmo ano de 1992 e o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) como resultado desta política. Na presidência de Fernando Henrique Cardoso, o turismo passou a ser pensado a partir de uma perspectiva neoliberal através de parcerias público privadas com os estados, municípios e setor privado e teve o “Avança Brasil” como um dos principais programas da Política Nacional do Turismo.

É, entretanto, a partir do governo Lula, que o turismo se estabelece definitivamente como um importante instrumento para o desenvolvimento regional e passa a compor o quadro de planejamento e gestão tanto em escala nacional como local (estaduais e municipais).

Enfim, o turismo é um setor transversal por lidar com vários outros setores e, assim em muitos aspectos tem implicações na aplicação dos instrumentos legais e leis. Desde 1990 que o Governo Federal tem adaptado e aprovado novas políticas setoriais e legislação para uma gestão melhorada de recursos naturais, que desempenham papel importante na promoção do turismo. Entre as que têm relações diretas com o setor de turismo podem-se mencionar as seguintes:

A) Âmbito Mundial

Organização Mundial de Turismo - OMT é o órgão consultor oficial da Organização das Nações Unidas – ONU e tem o objetivo de promover e desenvolver o turismo no mundo. A OMT é representada por mais de 138 países e 350 filiações entre governos, associações, grupos hoteleiros, operadores, instituições educacionais, e sua relação com a ONU mostra como o setor é importante para o crescimento e desenvolvimento mundial.

Suas principais metas dizem respeito ao estímulo ao crescimento econômico por meio do turismo e suas áreas relacionadas tanto infra-estruturais, de saneamento básico, educação, pavimentação e transporte, como as relacionadas a infra-estrutura turística no que tange os meios de hospedagem, restaurantes e áreas correlatas ao lazer. Estas metas enfocam a ampliação de empregos diretos e indiretos, a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural através de políticas sustentáveis que venham a minimizar os impactos negativos do turismo como a capitalização de recursos nos países em desenvolvimento, a mercantilização da cultura e os conflitos entre turistas e população local.

Conselho Mundial de Viagem e Turismo – WTTC representa os cem mais importantes executivos do setor de hospedagem, cruzeiros, entretenimento, recreação, transporte e serviços relacionados a viagens. Estabelecido em 1990 o WTTC é coordenado por um comitê executivo de quinze membros. Seus objetivos são de coordenar e pesquisar as tendências do mercado turístico, os impactos econômicos, a oferta e a demanda nos países em desenvolvimento, os cenários futuros para o mercado do turismo, as políticas governamentais dos diferentes países do mundo.

B) Âmbito Federal

Ministério do Turismo – Mtur, criado em 2003, é composto por duas Secretarias, pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelos Fóruns Estaduais de Turismo, a saber:

- **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**, responsável pela formulação, a elaboração e o monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo. Coordena a elaboração do Plano Nacional de Turismo e implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.
- **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo**, responsável pela formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Também formula e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.
- **EMBRATUR** - Instituto Brasileiro de Turismo : A Embratur é uma autarquia especial do Ministério do Turismo que teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo. Suas competências dizem respeito à execução da Política Nacional de Turismo no que tange à promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional, bem como à fixação de diretrizes para ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Mantém o Plano Aquarela – *Marketing* Turístico Internacional do Brasil como orientador de seus planos de ação.
- **Conselho Nacional de Turismo** - O Ministério do Turismo tem como desafio implementar um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, estabelecendo canais de interlocução com as Unidades da Federação, a iniciativa privada e o terceiro setor. A concretização desse novo modelo está a cargo de um núcleo estratégico, composto pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e suas Câmaras Temáticas, pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e pelos Fóruns / Conselhos Estaduais de Turismo.

C) Âmbito Estadual

- **Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR** - A gestão estadual de turismo no Estado do Mato Grosso do Sul tem no seu ápice a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR. Ligado a esta Secretaria temos o Conselho Estadual de Turismo como órgão colegiado, a coordenadoria do PRODETUR e a Fundação de Turismo – FUNDTUR, autarquia com personalidade jurídica de direito público.

Suas finalidades estão assim definidas no texto da Lei n°. 2.307 de 09/10/2001:

- ☞ Fomentar, incentivar e promover a exploração do turismo no Estado;
- ☞ Identificar, selecionar e divulgar oportunidades de investimentos turísticos no território estadual;
- ☞ Viabilizar a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos;
- ☞ Induzir o desenvolvimento e a implantação de serviços de infra-estrutura em área de interesse turístico;
- ☞ Dar assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado.

Dentre suas competências destaca-se o planejamento, coordenação, programação e supervisão das atividades de promoção e fomento à exploração do potencial turístico do Estado.

Há um mecanismo de articulação entre os fóruns regionais das dez regiões turísticas do Estado que é o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, cujos objetivos são a promoção de ações públicas e privadas para execução de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo estadual. De uma forma geral, o Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul procura articular e organizar ações de planejamento, controle, promoção, comercialização e monitoramento do desenvolvimento das atividades turísticas nas dez regiões estaduais.

- **Fórum Estadual de Turismo de Mato Grosso do Sul:** O Fórum constitui espaço de diálogo e intercâmbio entre os diversos atores do setor de turismo no MS. Dele participam representantes das seguintes instituições:
 - ABAV/MS – Associação Brasileira de Agências de Viagens
 - ABBTUR/MS- Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo
 - ABIH / MS – Associação Brasileira de Indústria de Hotéis
 - ABLA/ MS – Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis
 - ABRASEL – Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento
 - ACA – Instituto Aça Expedições
 - APPAN – Associação das Pousadas Pantaneiras
 - ARTEMS – Associação de Produtores de Artesanato do MS
 - ATRATUR – Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região
 - Banco do Brasil
 - Câmara Técnica de Turismo da Região Norte
 - BC&VB Bonito – Bonito Convention & Visitors Bureau
 - CGPC&VB - Campo Grande Pantanal Convention & Visitors Bureau
 - GOPAN / MS
 - COMTUR – Conselhos Municipais de Turismo
 - Fórum de Turismo da Região do Pantanal
 - Forum dos Secretários E Dirigentes do Turismo De Ms
 - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
 - IPHAN / MS - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 - SEBRAE/ MS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 - SENAC / MS – Serviço Nacional do Comércio
 - SENAR/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
 - SHRBS – Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares
 - SINARTE – Sindicato dos Artesãos
 - SINDETUR / MS – Sindicato das Empresas de Turismo
 - SINGTUR / MS – Sindicato dos Guias de Turismo de MS
 - Faculdade Estácio de Sá
 - Instituto de Ensino Superior de Dourados
 - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

D) Âmbito Local

Em Campo Grande, as questões do turismo são tratadas no Departamento de Turismo que atua dentro da SEDESC, e cada município da região também tem suas respectivas secretarias, conforme abaixo discriminadas.

Quadro 25 - Órgãos de Turismo Municipais do Polo Campo Grande e Região.

Municípios	Estrutura
Campo Grande	SEDESC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, De Ciência e Tecnologia e do Agronegócio
Corguinho	Secretaria de Educação, Esporte e Laser
Dois Irmãos do Buriti	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente
Jaraguari	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
Nova Alvorada do Sul	Secretaria de Cultura e Lazer
Ribas do Rio Pardo	Secretaria Geral de Desenvolvimento Econômico
Rio Negro	Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo
Rochedo	Diretoria de Turismo e Meio Ambiente
Sidrolândia	Secretaria de Desenvolvimento econômico e Turismo
Terenos	Departamento de Turismo

Fonte: FUNDTUR/MS

Além das Secretarias acima relacionadas, há algumas associações representativas dos setores ligados ao turismo, que trabalham unidas visando o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, e em cada município da região, dentre elas destaca-se o Fórum Regional Caminho dos Ipês criada com o objetivo de convergir as ações de desenvolvimento do turismo de acordo com o Plano Nacional de Turismo que, dentre suas metas, consta a necessidade de se descentralizar a gestão do turismo. Destaca-se que todos os municípios do Polo Campo Grande e região possuem representação nessa instância de governança.

- **Fórum da Região Caminho dos Ipês** - O Fórum constitui espaço de diálogo e intercâmbio entre os diversos atores do setor de turismo no MS. Dele participam representantes dos órgãos oficiais de turismo de cada município integrante do polo e os representantes dos Conselhos Municipais de Turismo dos municípios que possuem os Conselhos instalados.
- **Conselhos Municipais de Turismo – COMTUR's** - A Região possui Conselho Municipal de Turismo ativo em Sidrolândia e Campo Grande, que apresenta uma composição formada por 25 conselheiros titulares e 50 suplentes, sendo 15 membros indicados pelas entidades ligadas ao turismo no município e 10 membros da área governamental, com atuação mais efetiva e participativa nos destinos do turismo da capital. Os demais municípios Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo Terenos, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul, têm apresentado uma organização incipiente e uma participação limitada, muito impactada pela falta de estruturas representativas do turismo, deixando uma lacuna que coloca em risco a abrangência da rede e a perenidade no processo de gestão local do Turismo

ANÁLISE

De maneira geral as estruturas existentes possuem as seguintes competências básicas: programação, organização, execução e acompanhamento da política de turismo; desenvolvimento turístico; fomento e incentivo à atividade turística; ampliação e melhoria de espaços turísticos; realização de eventos; capacitação de mão-de-obra para o turismo; articulação de órgãos e entidades públicos e privados envolvidos ou interessados no desenvolvimento da atividade turística; planejamento, coordenação, fomento, estímulo e promoção turísticas.

Pode-se observar que a estrutura de turismo em toda a região é pequena e a departamentalização é funcional, fator que influencia os modos de funcionamento e os resultados alcançados.

Um dos gargalos para a gestão do turismo é a pouca sensibilização para entender o turismo como uma atividade econômica e, conseqüentemente, nem todas as prefeituras possuem uma instância autônoma para organizar e promover o desenvolvimento das atividades turísticas. De qualquer forma, há em todos os municípios do polo um organismo interno nas prefeituras estruturado para desenvolver o turismo, seja uma secretaria, diretoria ou departamento. No entanto, apenas no município de Campo Grande há um órgão específico para prestar informações ao turista que é o Centro de Atendimento ao Turista - CAT.

É perceptível, que as formas de participação de diferentes grupos na área de turismo bem como na ambiental na maioria dos municípios do interior, é insignificante, pois nem atuações tidas como básicas, tais como Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) Consórcios Intermunicipais, ONG's se mostram presentes nos mesmos.

O que se tem são ações isoladas de algumas ONG's tais como a ONG Apremarine (Associação de Preservação do Rio Negro) atuando no município de Rio Negro e do CIDEMA, o qual esta em parceria com a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti elaborando o Projeto de coleta seletiva, intitulado como "recicle sua atitude, separe seu lixo".

Na cidade de Campo Grande há COMTUR, Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, bem como Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, há participação da comunidade de cada região urbana por meio dos conselhos regionais, divididos de acordo com as 7 (sete) regiões urbanas do Município (Região Urbana do Centro, Prosa, Lagoa, Bandeira, Segredo, Anhanduizinho e Imbirussu).

Em Campo Grande há atuação de diversas ONG's que são bastante articuladas entre elas, podendo destacar a ONG ECOA. Outra atuação expressiva no município é formada por associações, tais como Associação do Córrego Balsamo.

2.6.2. Políticas, Planos e Programas

Encontram-se a seguir caracterizados a política nacional de turismo e macro programas, programas, planos e projetos direcionados pelo governo federal e pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul para a sustentabilidade da atividade turística no Brasil.

A) Âmbito Federal

Política Nacional de Turismo

O turismo no Brasil está amparado por uma Política Nacional de Turismo - PNT, cujas diretrizes, estratégias e programas foram delineados para um horizonte de três anos, de 2007 a 2010, por meio do Plano Nacional de Turismo - uma Viagem de Inclusão. Neste contexto, o fortalecimento do turismo interno representa um importante estímulo ao mercado e tem como linhas mestras fixadas pelo PNT: (i) a promoção do turismo como fator de desenvolvimento regional; (ii) o estímulo ao acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas e diferenciadas, (iii) o investimento na qualificação profissional e na geração de emprego e renda, e (iv) a promoção do Brasil no exterior. Assim, as ações que integram o Plano Nacional do Turismo 2007/2010 constituem importante instrumento indutor do desenvolvimento e da inclusão social.

Plano Nacional do Turismo

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno.

O Plano Nacional do Turismo fixa para o quadriênio as seguintes metas:

- Criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações;
- Gerar U\$ 7,7 bilhões em divisas;
- Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno;
- Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

A premissa do Plano Nacional do Turismo é o desenvolvimento integrado e sustentável com fins a utilizar de forma sinérgica as potencialidades dos atrativos para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida das pessoas, valorizando a cultura local e a preservação do meio ambiente.

Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional

De acordo com o Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, editado pelo Ministério do Turismo em 2009, o Planejamento regional da atividade turística deve contemplar a elaboração de planos, programas e projetos integrados, com a definição de objetivos, metas e estratégias para alcançá-los. Fruto da cooperação entre municípios de uma mesma região turística, o planejamento deve prever a participação de todos os atores envolvidos no turismo – poder público, empresas, ONGs,

comunidades, entre outros – e definir as responsabilidades de cada um deles para sua execução. Dessa forma, garante-se o fortalecimento da atividade turística regional. O município de Campo Grande de acordo com a metodologia adotada pelo estudo obteve nota 51,4 ficando abaixo da média das demais capitais que obtiveram média 59,3.

O **Programa de Regionalização do Turismo** mantido em âmbito federal é um modelo de gestão de política pública de forma descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

A comercialização de roteiros em parceria com municípios de uma mesma região turística diversifica a oferta de produtos, aumentando a média de permanência do turista na região e promovendo destinos menos conhecidos. A venda conjunta com destinos capazes de induzir o turismo em seu entorno permite, entre outras coisas uma melhor distribuição de renda nos municípios envolvidos.

O Programa de Regionalização têm os seguintes objetivos:

- Dar qualidade ao produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;
- Estruturar os destinos turísticos;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; e
- Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

As ações levadas a efeito pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo/Ministério do Turismo e pela Embratur inserem-se no macroprograma **Promoção e Apoio à Comercialização** e, mais especificamente, a dois de seus programas, quais sejam: o Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro e o Programa de Apoio à Comercialização Internacional.

▪ **Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro**

Tem por objetivo a promoção internacional do turismo brasileiro e o fortalecimento da Marca Brasil, por meio de um conjunto de atividades orientadas pelo Plano Aquarela – Plano de *Marketing* Internacional. Destacam-se a participação em feiras e eventos de turismo e de negócios, o apoio à captação de eventos internacionais para o Brasil e as ações de publicidade e relações públicas. O programa conta com a participação de estados, municípios e do trade turístico brasileiro, a partir do estabelecimento de parcerias.

▪ **Programa de Apoio à Comercialização Internacional**

Tem por objetivo a divulgação e o conhecimento dos produtos turísticos brasileiros para viabilizar a ampliação de sua comercialização no mercado externo, diversificando a oferta e atraindo novos fluxos de turistas internacionais para as diversas regiões do Brasil.

As ações que integram este programa são: o planejamento, a consolidação e a ampliação dos escritórios brasileiros de promoção do turismo no exterior, dos seminários de treinamento e vendas, do projeto Caravana Brasil e da aplicação do Programa de Treinamento de Agentes de Viagem Especialista em Brasil, entre outras ações com operadores nacionais e internacionais e agentes do receptivo internacional.

Neste Programa insere-se o Plano Aquarela, voltado para o marketing turístico internacional que deu as diretrizes para criação do símbolo Marca Brasil, que passou a representar a imagem do turismo brasileiro no mundo inteiro, assim como a imagem de seus principais atributos de exportação. Lançado em 2005, o estudo foi atualizado para o período 2007-2010 e está em sua segunda fase com o desafio de manter o País na liderança turística da América do Sul.

O **Plano Aquarela** visa atrair mais turistas, que gastem mais, em mais destinos brasileiros, viajando por mais e diferentes motivos, permanecendo por mais tempo e com intenção de voltar mais vezes ao Brasil.

Para alcançar as metas de 7,9 milhões de turistas estrangeiros e de US\$ 7,7 bilhões em gastos, em 2010, o plano definiu grupos de mercados-prioritários a partir de fatores como acessibilidade aérea, oferta turística do Brasil no país, divulgação já existente de produtos e serviços nacionais e capacidade de crescimento do fluxo, entre outros.

Elaborado conjuntamente com a iniciativa privada e o terceiro setor, o Plano quer assegurar o acesso ao turismo a todas as camadas da população, inclusive as de menor renda. Para o próximo semestre, por exemplo, o Plano Nacional de Turismo prevê o Programa de Crédito Consignado, voltado aos aposentados, que vai financiar viagens turísticas pelo Brasil, com juros em torno ou mesmo abaixo de 1%.

O Plano Aquarela está ligado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 que tem por objetivo minimizar os impactos dos problemas de infra-estrutura do Brasil através de ações como a recuperação de estradas, melhorias em portos, aeroportos, metrô e ferrovias, além de iniciativas relacionadas a abastecimento de água, coleta de lixo e tratamento do esgoto e infra-estrutura energética.

Fundo Gestor de Turismo - FUNGETUR

O Fundo Gestor do Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto – Lei nº 1.191, de 27/10/1971, tem por objetivo fomentar e prover recursos para o financiamento de atividades turísticas, assim compreendidas:

- Obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos;
- Aquisição de máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional, assim definidos pelo Ministério do Turismo (MTur).

Após passar por processo de reestruturação institucional, o FUNGETUR retomou as atividades de operação de crédito, suspensas desde 2000. A gestão do FUNGETUR foi transferida do EMBRATUR para o Ministério do Turismo

PRODETUR NACIONAL

O **Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR**, visa à promoção do desenvolvimento da atividade turística associada à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população.

O PRODETUR Nacional é uma iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que cria uma linha de crédito para atender à demanda por recursos de financiamento internacional dos Estados e municípios brasileiros. Nos estados, o Programa é executado sob a coordenação de Unidades de Coordenação de Projetos (UCP), vinculadas às secretarias estaduais responsáveis pelo planejamento da atividade turística.

Para tanto, o PRODETUR tem como objetivos específicos:

- Implementar projetos integrados de desenvolvimento de turismo sustentável;
- Priorizar áreas com alto grau de atratividade natural, cultural e étnica, com o intuito de imprimir a marca de um destino turístico consolidado;
- Promover a integração do setor público, a iniciativa privada e a comunidade das áreas selecionadas de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico;

- Dotar as áreas selecionadas da infra-estrutura e dos serviços públicos necessários à atração de investimentos privados voltados que explorem os econômica dos produtos turísticos existentes ou potenciais;
- Buscar a sinergia entre as áreas a serem consolidadas como destino turístico possibilitando que uma atue como vetor de promoção da outra;
- Promover o fortalecimento institucional dos gestores locais a fim de dotá-los dos instrumentos e da capacidade operacional necessários ao gerenciamento das novas condições decorrentes da implementação do Programa; e
- Garantir a participação da comunidade local em todo o processo decisório sobre a identificação, seleção e implementação das ações em cada área selecionada.

B) Âmbito Estadual

Para atingir os objetivos do PRODETUR, os estados envolvidos foram orientados a selecionar Áreas Turísticas no território estadual e a formular Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS para cada uma delas, de acordo com diretrizes ditadas pelo Ministério do Turismo - MTur e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, agência internacional de financiamento do Programa. Tais Planos deveriam prever ações visando garantir o desenvolvimento sustentável da atividade turística de forma a resultar na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, na dinamização econômica dos setores impactados pelo turismo.

Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS

O PDITS é assim um instrumento do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo, para permitir a exploração racional dos recursos turísticos, em respeito ao meio ambiente natural e construído e à identidade cultural das populações residentes onde o turismo se desenvolve.

Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PDTUR-MS

A formulação do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, denominado de PDTUR-MS, tem como base as diretrizes do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o crescente e importante papel que o turismo vem exercendo em favor da conservação ambiental, da sua capacidade democrática de proporcionar oportunidades de negócios e da melhoria da qualidade de vida que a atividade turística pode promover.

O fortalecimento de médias e pequenas empresas do setor, a geração de novos empregos e o conseqüente aumento de divisas são as premissas dos planos de desenvolvimento do turismo. Sob a ótica social, buscam ampliar oportunidades de recreação para a comunidade e visitantes, preservar e resgatar o patrimônio histórico e cultural, promover a capacitação dos recursos humanos. Sob a ótica ambiental, visam preservar os recursos naturais por meio de ações que favoreçam o meio ambiente, que promovam a consciência ambiental em meio às comunidades, em busca do desenvolvimento, em consonância com as tendências mundiais de comportamento e com as exigências de qualidade ambiental (PDTUR, 2001).

Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 -2020 neste Plano, foram elaboradas estratégias de desenvolvimento do turismo para cada região turística do Estado de Mato Grosso do Sul para o período de 2008-2020

Em 2008, a FUNDTUR/MS com o intuito de atender as reivindicações dos municípios do Estado, elaborou o documento Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008, no sentido de balizar e orientar as ações governamentais e os agentes

privados para viabilizar a exploração de novos segmentos de mercado, maximizando os benefícios econômicos e sociais e garantir a segurança ambiental.

Neste sentido, o documento tem sido uma grande ferramenta para os municípios e demais órgãos estaduais considerando que este plano reflete a concepção de estratégias regionais, que permite juntar as potencialidades individuais e promover a oferta de um maior número de produtos turísticos, garantindo assim, maior atratividade turística para a região, bem como, proporcionar aos municípios de menor recursos e infra-estrutura turística, obterem maior facilidade de desenvolvimento turístico, através dos municípios de maior notoriedade no segmento.

A busca do desenvolvimento turístico regional facilita a oferta de produtos turísticos diversificados, melhora a qualidade de vida regional, fortalece a economia intra-regional e proporciona maior competitividade no mercado turístico.

Embora o planejamento seja em nível regional, é fundamental que o município tenha a visão local e o conhecimento da realidade e políticas no âmbito do Estado. Ainda nessa concepção, o turismo é visto como um instrumento de melhoria da qualidade de vida da comunidade local e agente alavancador das demais atividades econômicas.

Assim, as Estratégias propostas para promoção do desenvolvimento do turismo, são diretamente proporcionais às características de cada região e municípios. Aos municípios de maior potencial turístico, as diretrizes têm o enfoque para a promoção do turismo; nos de menor potencial turístico, o enfoque do plano é para a melhoria da qualidade de vida local, através da oferta de lazer e melhoria da infraestrutura básica.

C) Âmbito Local

A Região é atendida pelos seguintes Planos e Programas das esferas Federal e Estadual:

- ✓ Plano Nacional do Turismo;
- ✓ Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional;
- ✓ Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 -2020 – Região Caminho dos Ipês.

Todos os municípios desta área turística possuem Plano Diretor. O trabalho de elaboração dos referidos planos foram precedidos de Oficinas de Sensibilização do Plano Diretor Participativo, dentro da Campanha Nacional e Estadual pelo Plano Diretor do Ministério das Cidades, com a participação arquitetos e engenheiros, do poder público municipal e profissionais liberais, além de dirigentes sociais e de comunidade.

Apesar disso, os municípios ainda não utilizam os instrumentos de gestão urbana e ambiental, para aperfeiçoar seu planejamento. Assim as dificuldades dos municípios na aplicação dos instrumentos de gestão ambiental no planejamento urbano têm levado a uma situação em que poucos planos diretores são elaborados contendo diretrizes compatíveis com sua sustentabilidade ambiental.

Outro instrumento importante é a construção da Agenda 21 local para os 8 municípios do interior e a efetiva implantação da Agenda 21 de Campo Grande, lançada em junho de 2004. Vale ressaltar que a Agenda 21 de Campo Grande foi construída com a participação da sociedade civil, representantes de instituições de ensino, de diversos órgãos e entidades, e

de representantes da iniciativa privada, sendo, portanto um importante instrumento democrático de gestão.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, através do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB executou, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente o Projeto intitulado Agenda 21: Campo Grande Nosso Lugar - Convênio MMA/FNMA n. 2002CVF000020. A Agenda 21 Local serve para alcançar os objetivos propostos na Agenda 21 Nacional, visando melhorar a qualidade de vida de toda a população, sem comprometer as gerações futuras, tornando os municípios localidades mais humanas e saudáveis. No Município de Campo Grande, o processo de construção da Agenda foi executado em 4 (quatro) etapas distintas: de Mobilização, de Construção, de Compromisso e de Prática.

Análise do Quadro Institucional do Turismo

De acordo com as Políticas Públicas, Planos e Programas acima elencados, percebe-se que há uma grande possibilidade de integração, interação e cooperação possível de se estabelecer, aplicando as normas globais em nível local, ainda assim, isso deve levar algum tempo, já que para se exercer a atividade turística, é preciso preparar a estrutura local, com o intuito de se ofertar um conjunto de serviços agregados aos produtos turísticos, para a partir daí divulgar região e receber turistas. Neste sentido, é que se torna importante a preparação do município incluindo a iniciativa privada e órgãos públicos, para se tornarem aptos às questões de gestão turística no seu mais amplo sentido.

O que se verifica na região Caminhos dos Ipês, em relação à Governança Pública, é que 60% dos municípios possui uma instância de governança municipal instalada, mas nem todas estão efetivadas. A representatividade da maioria delas é proporcional pró agentes e segmentos.

Todos os municípios com exceção de Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo e Dois Irmãos do Buriti que passaram a fazer parte da região no final de 2008, possuem representatividade no Fórum Regional, mas a participação ainda é incipiente.

O que se deve levar em consideração é a importância da existência de uma instância municipal – COMTUR, de uma instância Regional – Fórum e a participação na instância Estadual para que se comece a trabalhar em consonância com Plano Nacional de Turismo que visa descentralizar a gestão do turismo por meios dessas instâncias.

Quando se trata de Planos e Projetos, pode-se dizer que a maioria dos municípios da região ainda não tem um plano e nem uma legislação específica de desenvolvimento do turismo, mas todos já possuem uma estrutura administrativa de turismo instalada, seja ela uma secretaria, uma diretoria ou departamento, o que demonstra que a gestão municipal já vê o turismo como atividade economicamente rentável.

Quando se trata de repasses de recursos entre os municípios da região, excluindo dessa análise o município de Campo Grande, podemos dizer que apenas três dos nove restantes foram beneficiados, pois a gestão pública dos mesmos soube como e onde buscá-los, estabelecendo assim um bom relacionamento junto aos Ministérios.

Com relação às parcerias com o sistema “S”, foi constatado que 90% dos municípios as estabelece, visando o desenvolvimento da atividade turística.

Apenas o município de Campo Grande possui CAT - Centro de Atendimento ao Turista, são oito no total e tem a finalidade de prestar informações sobre hospedagem, alimentação, acessos, transportes e passeios, dentro do município, região e Estado.

Durante o levantamento realizado, observou-se que, que nenhum dos municípios da região possui uma pesquisa de satisfação do turista quanto à qualidade da gestão pública do turismo e também nenhum deles trabalha com indicadores de desempenho para a atividade

turística, e o levantamento desses dados é de extrema importância para que se possa criar um panorama do crescimento da atividade.

A quantidade de prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo é muito pequena, com exceção de Campo Grande que adotou como requisito para abertura e funcionamento de um empreendimento a necessidade do mesmo estar cadastrado ou ter dado entrada no cadastramento junto ao Ministério. Mas com a regulamentação da Lei Geral do Turismo esse cenário deverá mudar, e caso o empresário queria continuar exercendo sua atividade o mesmo deverá se cadastrar ou será punido dentro das formas da lei.

Dentre os programas que fazem parte do Plano Nacional do turismo, apenas o Programa de Regionalização do Turismo é contemplado por todos os municípios.

Quanto a Indicadores da Gestão, verifica-se que nenhum dos municípios trabalha indicadores de impacto econômico e nem de fluxo e perfil do turista, e a falta desses indicadores pode comprometer o desenvolvimento de ações no setor.

A FNRH – Folha Nacional de Registro de Hóspede e o BOH – Boletim de Ocupação Hoteleira só são utilizados na capital e ainda assim não são todos os meios de hospedagem que adotam seu uso.

E esses dois instrumentos são de suma importância, pois através deles se pode definir o perfil dos hóspedes e a taxa de ocupação média dos estabelecimentos, e também são através deles que o município e o Estado obtêm as estatísticas do turismo.

2.6.3. Gestão Ambiental

Segundo o Art. 225 da Constituição Federal, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O 1º Princípio da Conferência de Estocolmo diz que “o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem estar, é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras.”

O turismo sustentável está diretamente inserido nesse princípio por tratar - se de “um turismo preocupado com a preservação dos recursos naturais e históricos, a fim de garantir aos futuros turistas e à população local o direito de saciar suas vontades de envolvimento com a natureza, da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.” (RUSCHMANN, 2001, p.09).

O turismo de maneira geral está diretamente ligado ao espaço municipal, já que é exatamente deste território que os turistas se apropriam. Apesar da área urbana não ser o único território do turismo é, sem dúvida, a mais importante, visto que a cidade é o lugar, por excelência, do conjunto do encontro sociocultural (Castrogiovanni, 2000). O espaço municipal, sobretudo o urbano, possui regras a serem cumpridas, pois nele trabalham e moram pessoas que, antes de tudo, merecem ser felizes. Assim, o processo de planejamento deve buscar traduzir alguns desses desejos e vontades em princípios e diretrizes gerais que, por sua vez, deverão ser alcançados mediante o cumprimento de regras e por meio de instrumentos de gestão, buscando oportunizar um ambiente "harmônico" e superar problemas existentes levando em conta os potenciais sociais, econômicos e ambientais.

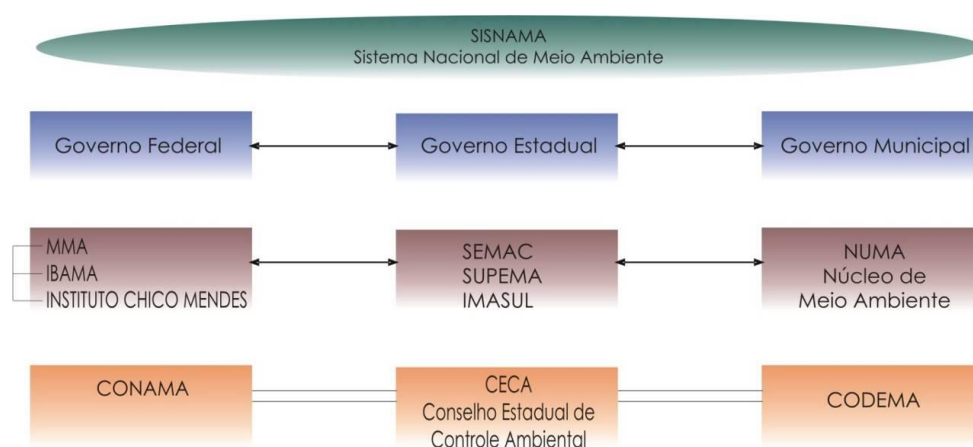
A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais dependem de ações conjuntas das instituições governamentais e não governamentais. A participação dos municípios nesse

processo também é fundamental, por isso a política do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL é a descentralização da gestão ambiental, proporcionando a progressiva instrumentalização, utilizando como principal ferramenta o licenciamento ambiental. O fortalecimento das unidades regionais constituirá também em importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios.

Âmbito Federal

Esses atores são representantes da administração pública e da sociedade civil, e possuem a seguinte posição no organograma do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90:

Figura 18 - Organograma do Sistema Nacional de Meio Ambiente



Fonte: Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim/MS

- **Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA:** O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA.

O Conselho tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida. Reúne diferentes setores da sociedade e tem o caráter normativo dos instrumentos da política ambiental. O plenário do CONAMA engloba todos os setores do governo federal, dos governos estaduais, representantes de governos municipais e da sociedade, incluindo setor produtivo, empresarial, de trabalhadores e organizações não governamentais.

- **Ministério de Meio Ambiente – MMA:** O Ministério do Meio Ambiente é o órgão central do SISNAMA, e cabe a ele a função de formular, planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais para o meio ambiente, tendo como suas principais competências:
 - Política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos
 - Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas

- Proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais
- Políticas para a integração do meio ambiente e produção
- Políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal
- Zoneamento ecológico-econômico

Neste contexto, os principais programas executados atualmente pelo MMA estão inseridos nas seguintes temáticas:

- Agenda 21 Brasileira e locais;
- A3P
- Amazônia
- Assuntos Internacionais
- Biodiversidade e Florestas
- Conferência Nacional
- Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
- Educação Ambiental
- Fortalecimento do SISNAMA
- Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
- Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos
- Revitalização do São Francisco
- Serviço Florestal Brasileiro

- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA:** O IBAMA é um dos órgãos executores do SISNAMA e tem como finalidade executar e fazer executar as políticas e diretrizes governamentais definidas para o meio ambiente.

Corresponde a uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União.

O IBAMA tem autonomia administrativa e financeira, sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional. Para o desempenho de suas funções, o IBAMA poderá atuar em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do SISNAMA e com a sociedade civil organizada, para a consecução de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da política nacional de meio ambiente. Mantém uma superintendência em Campo Grande, que atua em sintonia com o município de Jardim nas questões pertinentes.

- **Instituto Chico Mendes :** O Instituto Chico Mendes é outro órgão executor do SISNAMA, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, como uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e tem como principais competências: (1) apresentar e editar normas e padrões de gestão de unidades de conservação federais, (2) propor a criação, regularização fundiária e gestão das UC e (3) apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Dessa forma, a sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação - UC federais que, no caso do polo, corresponde à RPPN Fazenda Lageado.

Cabe ao Instituto Chico Mendes monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas unidades de conservação onde isso for permitido, obedecidas às exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente, além de elaborar o Relatório de Gestão das Unidades de Conservação.

Âmbito Estadual

• **Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA/MS:** O Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA atua como órgão deliberativo e normativo no estabelecimento das normas e diretrizes da Política Estadual de Meio Ambiente e, com fundamento no art. 226 da Constituição Estadual, observada a legislação federal e estadual, disciplina a proteção do meio ambiente no estado de Mato Grosso do Sul.

• **Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC/MS:** A SEMAC é o órgão setorial executivo estadual da gestão ambiental e tem como principais competências relacionadas às questões ambientais:

- a elaboração de estudos, pesquisas e análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridos pela programação econômica e social do Governo do Estado, em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular, com as instituições de ensino superior do Estado;
- o desenvolvimento de atividades relacionadas à estatística, geografia, cartografia e aerofotogrametria, de interesse do Estado;
- a discussão, a formulação e a implementação da política estadual de desenvolvimento urbano nas áreas de saneamento, transportes públicos, de habitação de interesse social e de gestão do solo urbano, em conjunto com os municípios;
- o apoio aos municípios na elaboração das políticas ambientais e na organização de estruturas de controle e licenciamento ambiental;
- o suporte aos municípios na elaboração de planejamento municipal;
- o suporte aos municípios na elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo, de transportes públicos urbanos e de política fundiária e habitacional urbana;
- o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das ações relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
- a formulação, a coordenação, a orientação e a supervisão da execução da política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente e recursos hídricos;
- a articulação com entidades públicas e privadas para a obtenção de recursos necessários e de apoio técnico especializado relativos à recuperação, à melhoria e à preservação do meio ambiente;
- o estudo e a proposição de alternativas de combate à poluição ambiental nas suas causas e efeitos;
- o apoio aos municípios na implementação das normas estabelecidas no Estatuto das Cidades;
- a formulação de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional e urbano, visando à gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- o apoio ao desenvolvimento de programas e projetos urbanos que visem a elevar o nível da qualidade de vida da população;

- o estímulo a programas, projetos e ações que otimizem a utilização sustentável dos recursos naturais, visando ao desenvolvimento econômico compatível com a conservação da boa qualidade de vida;
- a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e de informações ambientais e a formação de uma consciência coletiva sobre a necessidade da preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

Vinculados à SEMAC estão a Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMA e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL.

– **Superintendência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos** - A Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SUPEMA é o órgão responsável por organizar ações e estabelecer as políticas ambientais, tendo suas principais atividades direcionadas para as áreas de pesca, biodiversidade, recursos florestais, recursos hídricos, controle ambiental e educação ambiental.

– **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL:** Órgão fiscalizador estadual que, atualmente, é o responsável pelo licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras no Polo. A atuação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul é voltada à implantação e consolidação da gestão ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul. No plano de metas do IMASUL estão previstos programas e projetos que contemplam a biodiversidade, os recursos hídricos, o controle ambiental e a educação ambiental, dentre outros, como continuidade ao plano de gestão estabelecido para o meio ambiente.

No Polo, especificamente no município de Campo Grande, a Semadur também exerce a fiscalização e licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras não licenciadas pelo IMASUL.

- **Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul – SANESUL:** A empresa estadual de saneamento – SANESUL é responsável pela operação dos sistemas de água e esgotamento sanitário nos municípios de Mato Grosso do Sul.
- **Polícia Militar Ambiental:** A Polícia Militar Ambiental, como unidade da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul é sediada no polo, em Campo Grande, atuando como agentes fiscalizadores para a execução de medidas ordenadas, com autonomia para autuar e impedir crimes ambientais, além de participarem com projetos de educação ambiental, como o Projeto Florestinha.

Âmbito Local

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande- SEMADUR** – órgão municipal de gestão ambiental, de atuação mais local, em Campo Grande, promove o acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras, permitindo que alguns instrumentos de gestão ambiental (fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental) sejam mais efetivamente implantados. Um fator importante a ser observado é que o órgão responsável por executar estes instrumentos em Campo Grande, a Semadur, licencia atividades que não são licenciadas pelo órgão estadual de meio ambiente, IMASUL. Isto se dá pelo fato do órgão estadual ter que atuar nas atividades que possui maior potencial poluidor, ou seja, aquelas que podem causar impactos ambientais de maior abrangência (alcance) e magnitude (intensidade). Oficinas mecânicas, serralherias, atividades de concentração de público (bar, igrejas, lanchonetes, boates) com música mecânica

e/ou ao vivo são exemplos de atividades licenciadas pelo município e não licenciadas pelo IMASUL

- **Conselho Municipal de Meio Ambiente** – A crescente descentralização administrativa tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente. O CODEMA é um órgão criado para esse fim, isto é, para incluir os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e a recuperação dos danos ambientais existente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia

2.6.4. Vantagens e/ou Desvantagens que o Turismo oferece para a constituição de empresas.

O segmento de turismo é gerador direto de renda para os municípios que possuem atrativos e grande impulsionador das demais atividades existentes, produzindo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local e regional, tais como, estímulo ao setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação tributária e geração de novos postos de trabalho.

No entanto, um dos maiores obstáculos a ser enfrentado pelas empresas que atuam neste segmento é a elevada burocracia existente para a regularização das atividades turísticas, além da enorme exigência para se conseguir a regularização ambiental, especialmente quando o interesse é pelo turismo de aventura e/ou rural. Tais impedimentos tornam o processo mais demorado e bem mais custoso, inibindo de certa forma o desenvolvimento dos municípios atingidos.

Outro entrave que acarreta na impossibilidade do pleno desenvolvimento do setor de turismo em alguns municípios diz respeito à falta de mão-de-obra qualificada para receber de forma adequada os turistas nacionais e estrangeiros, o que limita a abertura de novos empreendimentos.

A atividade turística é executada, fundamentalmente, pela iniciativa privada e assim, faz-se imprescindível a disponibilidade de crédito em quantidade e em condições adequadas aos micros, pequenos, médios e grandes negócios do turismo. O fomento ao crédito é um dos eixos temáticos desafiadores no que se refere a um entendimento entre empresários e sistema financeiro. Essa interação enseja um conjunto diversificado de propostas para solução de gargalos existentes

Em nível local, na área turística Campo Grande e região, somente Campo Grande dispõe de uma política de atração de empresas, através do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande (PRODES), que tem entre seus objetivos a concessão de benefícios e incentivos fiscais à instalação de empreendimentos de turismo, desde que a empresa beneficiária do programa atenda os requisitos e obrigações previstas.

Neste sentido, fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a doar e conceder direito real de uso com promessa de doação, e permutar terreno para a instalação ou ampliação das obras necessárias ao funcionamento do empreendimento; executar, diretamente ou por terceiros, os serviços de infraestrutura necessários à edificação das obras civis e vias de acesso; conceder redução de até 50% no valor da *Taxa de Aprovação do Projeto Arquitetônico*; e conceder redução de até 50% no valor do *Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana* – IPTU, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada, pelo prazo de até 10 (dez) exercícios.

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

A definição dos objetivos foi realizada com base na metodologia da matriz de marco lógico, também conhecida como Logical Framework, LogFrame, MPP - Matriz de Planejamento de Projetos, que é um método desenvolvido pela *United States Agency for International Development* - USAID para elaboração, descrição, monitoramento e avaliação de programas e projetos.

A matriz de marco lógico inicia-se a partir de um problema, ou seja, de uma dada situação que apresenta conseqüências indesejáveis e exige intervenção. Dessa forma, problema é a existência de uma defasagem entre uma situação real indesejada e uma situação desejada.

Para a definição dos objetivos gerais e específicos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande foram realizados dois passos da metodologia de marco lógico: a elaboração da árvore de problemas e a elaboração da árvore de objetivos.

A árvore de problemas é uma metodologia utilizada para relacionar os problemas existentes na área turística obtendo-se elementos para definir os que são causas e os que são conseqüências. O ponto de partida para definição dos problemas foi a realização de um processo de *brainstorming* onde os participantes procuraram identificar os problemas centrais.

O passo seguinte realizado na formulação dos objetivos foi a construção da árvore de objetivos. Os problemas identificados pela construção da árvore de problemas mostram, de forma, sombreada, os objetivos que devem ser realizados de forma planejada para equacionar os problemas levantados. Ou seja, os objetivos surgem de forma lógica, e não empírica.

Os passos seguintes, que envolvem a definição de estratégias, ações, definição de prioridades, horizontes temporais e atores envolvidos, serão trabalhados na formulação estratégica e elaboração do plano de ação. No caso da definição dos horizontes temporais (curto, médio e longo prazos) é importante dialogar com os atores envolvidos para que se tenha uma definição mais precisa. Em geral, quando se consulta a comunidade a ansiedade para ver os problemas resolvidos é grande e, por isso, é comum que se projetem a grande maioria das ações no curto prazo. Essa definição, portanto, deve ser trabalhada conjuntamente com os demais atores envolvidos no processo de planejamento para evitar posteriores frustrações pela não realização de ações planejadas num horizonte temporal inadequado.

Dessa forma, os objetivos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e região foram definidos adaptando-se a metodologia de marco lógico e por meio da realização de uma oficina de trabalho nos dias 25 e 26 de março de 2010 nas dependências da Escola de Governo da Prefeitura Municipal de Campo Grande. O resultado das discussões foi sintetizado na construção das árvores de problemas abaixo:

Figura 19 – Representação da primeira árvore de marco lógico trabalhada.



* recursos ambientais = cultura, natureza, sociocultural, biológico e econômico.

Figura 20 – Representação da segunda árvore de marco lógico trabalhada.



Figura 21 – Representação da terceira árvore de marco lógico trabalhada.



* recursos ambientais = cultura, natureza, sociocultural, biológico e econômico.

Legenda:

PROBLEMA CENTRAL

Causa

Consequência

Subconsequência

De acordo com a construção da árvore de problemas e da árvore de objetivos, pode-se identificar os objetivos gerais (ou principais) e os objetivos específicos para orientar a posterior formulação estratégica e o plano de ações do polo Campo Grande e região:

Quadro 26 – Objetivos principais e específicos do PDITS / Polo Campo Grande e região.

Objetivo Geral	Objetivo Específico
<p>1. Implementar políticas que direcionem para o desenvolvimento do turismo sustentável na região</p>	<p>Atualizar as ações constantes no Plano Estratégico Regional de Turismo 2008-2010, respeitando as características e peculiaridades das regiões turísticas;</p> <p>Implantar/implementar ações que promovam qualidade e competitividade aos produtos e prestadores de serviços turísticos;</p> <p>Implantar e implementar a política de sustentabilidade ambiental e a redução dos impactos do Turismo no clima e no meio ambiente, em parceria com as instituições competentes e empresariado do setor;</p> <p>Dar ênfase às ações estruturantes e promocionais da região como estratégia de inserção no contexto COPA 2014</p>
<p>2. Fortalecer a gestão pública municipal do Turismo e as instâncias de governança regional e municipal.</p>	<p>Criar Secretaria Municipal de Turismo de Mato Grosso do Sul, especificamente em Campo Grande e estruturar os órgãos oficiais dos demais municípios da região</p> <p>Incrementar os recursos orçamentários/financeiros como suporte à implementação das políticas públicas estabelecidas</p> <p>Incrementar e fortalecer o corpo técnico,</p> <p>Dar mais operacionalidade e objetividade às reuniões das Instâncias de Governanças com o fortalecimento das Câmaras Temáticas e das Categorias de Atividade;</p>
<p>3. Implantar Sistema de Informações sobre o Turismo</p>	<p>Instituir metodologias, produzir, disseminar e promover articulação com instituições estaduais e nacionais visando consolidar um sistema gerencial de informações turísticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar o Boletim Econômico do Turismo • Instituir mecanismos de controle e uso dos atrativos; • Identificar o perfil do turista • Realizar pesquisas <p>Disseminar as informações sobre Turismo para a comunidade e trade explicitando sua importância socioeconômica.</p>
<p>4. Dar continuidade ao processo de regionalização</p>	<p>Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade;</p> <p>Consolidar a Regionalização do Turismo como referência territorial às ações de estruturação da oferta turística;</p> <p>Apoiar a formatação de novos produtos turísticos</p> <p>Incentivar o desenvolvimento da produção associada ao</p>

Objetivo Geral	Objetivo Específico
<p>5. Atrair investidores para o setor</p>	<p>Turismo, promovendo os produtos junto aos operadores. Criar e divulgar <i>portfólio</i> de oportunidades de investimentos no turismo na região Instituir mecanismo de incentivo</p>
<p>6. Implantar Programa de Qualificação técnica e gestão para o Turismo</p>	<p>Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor;</p> <p>Criar programas de qualificação profissional em parceria com o setor privado, de acordo com as necessidades e demandas do mercado turístico;</p> <p>Criar programas de qualificação voltados para a inclusão de pessoas com deficiência;</p> <p>Criar programas de capacitação pública em turismo</p>
<p>7. Dar continuidade à melhoria da Infra estrutura para o turismo – básica e turística</p>	<p>Adequar a infraestrutura básica para atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;</p> <p>Articular ações para promover a recuperação do patrimônio histórico-cultural;</p> <p>Fomentar parcerias público-privadas para investimentos em infraestruturas turísticas.</p>
<p>8. Ampliar o processo de Promoção e Comercialização</p>	<p>Promover e divulgar campanhas de incentivo ao turismo interno;</p> <p>Produzir e distribuir material promocional dos destinos turísticos em conformidade com Plano Nacional de Turismo;</p> <p>Analisar o calendário e a forma de participação em feiras e eventos para o consumidor final, com foco na promoção de roteiros e destinos turísticos;</p> <p>Intensificar o programa de captação de eventos</p> <p>Promover eventos de relacionamento e promoção com os operadores, agências, imprensa, formadores de opinião e público final para promoção comercialização dos produtos e destinos turísticos da região.</p>

4. CONCLUSÃO

Dessa forma, destacam-se os seguintes aspectos na conclusão da presente justificativa da área selecionada no polo turístico Campo Grande e região:

A área turística do Polo Campo Grande e região apresenta um *mix* de produtos e segmentos turísticos de grande atratividade e singularidades, além de ser a principal região na distribuição de turistas para os demais destinos turísticos do estado, tal fato pauta-se na composição geográfica de região que agrega em seus domínios a Capital do Estado – Campo Grande.

Os indicadores sociais e econômicos situam-se em patamares que suportam uma expansão econômica mais agressiva. Estes indicadores reafirmam uma posição de razoável dinamismo econômico, o que reflete uma facilitação para a implantação do PDITS região.

A Cadeia do turismo está constituída e atuante. As instâncias de governanças municipais e regionais estão instaladas.

Há política de desenvolvimento da região nos setores estratégicos de infraestrutura aérea e rodoviária e meios de hospedagens.

A Região faz parte do Programa Ministerial – 65 Municípios Indutores.

Ainda há muito a ser fortalecido e desenvolvido para que a região se consolide com o um destino turístico de preferência nacional e internacional. O caminho a ser construído é longo, porém não é inviável, dados as características e o potencial apresentados que serão melhores detalhados no módulo do Diagnóstico deste PDTIS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.

5. BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizador). Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – relatório Brasil. 2ª Ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. (versão digitalizada)

BENINI, R. M. de. *Cenários de ocupação urbana e seus impactos no ciclo hidrológico na Bacia do Córrego Mineirinho*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil. CPRM. Geologia e Recursos Minerais do Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: 2006.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. *Distância entre cidades*. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp>>.

EMSAMPA. *Distância Aérea Entre São Paulo e Cidades Estrangeiras*. Disponível em: <<http://www.emsampa.com.br/page26.htm>>. Acesso em 21 jul. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR, 2009. (versão digitalizada)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2008. Campo Grande: SEMAC, 2008. (versão digitalizada)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. PIB Municipal/MS. Produto Interno Bruto 2002-2006. Campo Grande: SEMAC. (versão digitalizada)

IBGE. Geografia do Brasil - Região Centro Oeste. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul/IMASUL. Diretoria de Desenvolvimento. *Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, MS, 2008*. Campo Grande, MS, 2009. 240p.

MATO GROSSO DO SUL. Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul: SEPLAN/MS, IBGE-DIGEO/GO, 227p. Campo Grande/MS, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Mato Grosso do Sul: Regiões Turísticas*. Material promocional. Campo Grande, MS, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, 2010a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do*

Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2010. Disponível em <<http://www.semec.ms.gov.br/ZEE/MS/index.php?inside=1&tp=3&show=2259>>. Acesso em 26 fev. 2010b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Banco de Dados do Estado. Campo Grande, MS, <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2010c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, Produção, da Indústria, do Comércio e Turismo. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. Centro de Monitoramento de Tempo, do Clima e dos Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul. *Dados de Precipitação pluviométrica da Estação meteorológica de Campo Grande em 2009*. Disponível em <<http://www.agraer.ms.gov.br/cemtec>>. Acesso em 14 abr. 2010d.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. Sistema de Informações e Estatísticas. *Indicadores básicos do Turismo*. Informações recebidas via digital em 01 de jun. 2010e.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. Atlas Multirreferencial - Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: SEPLAN-MS. 1990

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Dados Estatístico de Mato Grosso do Sul - 2009*. Campo Grande, MS. Dezembro de 2009b. 101p. Disponível em:<<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=52984>>. Acesso em 02 jul 2010

PEREIRA, M. C. B et al. Bacia hidrográfica do rio Miranda: estado da arte / Campo Grande : UCDB, 2004. 177 p. Disponível em <http://assets.wfbr.panda.org/downloads/estado_da_arte_miranda_completo_1.pdf>. Acesso em 02 abr 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM – Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim. Janeiro. 2009.

PROJETO PORTAL. Disponível em <<http://www.projetoportal.org.br/>>. Acesso em 14 abr. 2010.

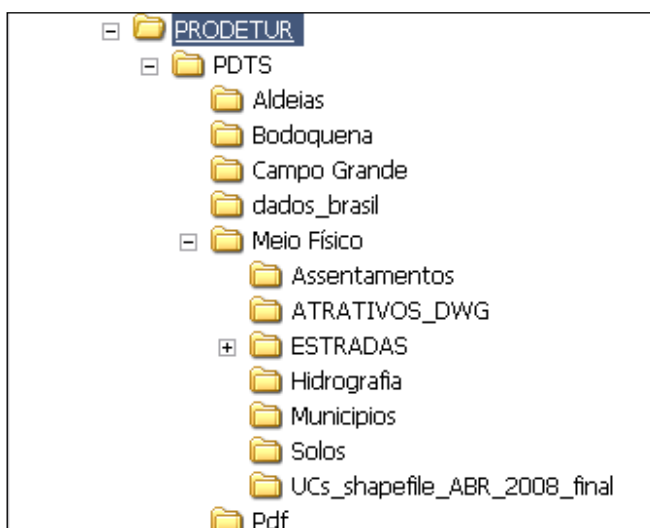
6. ANEXO – MATERIAL CARTOGRÁFICO

Todas as informações geradas e analisadas (informações geográficas) têm origem em fontes secundárias existentes nos organismos federais, estaduais, meios acadêmicos, programas e projeto, dentre outros.

Os arquivos dos projetos durante a fase de construção da base cartográfica de cada polo encontra-se *shapefile* – *SOFTWARE ARCVIEW 3.2* e outros estão situados no diretório do Meio Físico e subdiretórios com o nome do tema correspondente. Nos subdiretórios jpeg estão todos os arquivos e mapas solicitados usados para elaboração e simulação dos mapas solicitados pelos consultores.

Os subdiretórios utilizados para as diferentes funcionalidades e organização dos dados brutos tais como: dados brutos (Dbase, excell e dados de GPS), dados disponíveis de forma analógica, dados em planilhas do excel; mapas digitais na forma do AutoCAD e no formato Shape do ArcView.

Através da compilação dos dados cartográficos, foram elaborados os mapas no arcview, os dados compilados foram recortados das tabelas dos mapas base, pelo comando “clip” do arcview, estas tabelas e mapas estão disponíveis do sistema de informações de cada polo. O Sistema de Informação foi organizado da seguinte estrutura:



Estrutura do Sistema de Informações do Polo Campo Grande e Região.

Meio Físico : Estes dados foram coletados pelo consultora de geoprocessamento e se encontram todos descritos juntamente com toda a bibliografia utilizada em relatórios elaborados pelos consultores em outros relatórios.

- Meio Físico: Os dados que compõem o meio físico foram disponibilizados da base cartográfica do PERHMS, exceto os dados dos atrativos turísticos que foram coletados pelo Técnico do PRODETUR/MS.
- Mapa pdf e jpg: Todos os mapas que foram gerados os quais fazem parte dos relatórios entregues pelos consultores.
- Projetos: São os Sistemas de Informação Geográfica de cada polo em um projeto com extensão apr. Está localizado no sub diretório do PDTs.
- Shapes: São arquivos que contem todos os dados geográficos, juntamente com suas tabelas e dados cartográficos, nos quais foram gerados todos os mapas e também as novas informações adicionadas pelos consultores dos polos.
- Tabelas: Dados compilados a partir dos dados brutos, tais como excell e dbase.

Os dados geográficos e alfa numérico utilizado durante o processo de construção do sistema foram organizados transformando-se em um sistema de informações geográficas, todos os arquivos se encontram em formato shape file do software ARCV VIEW.